

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Escola de Administração  
Programa de Pós-Graduação em Administração

Marcio Luiz David

O APOIO DO BANCO DO BRASIL AO DESENVOLVIMENTO

REGIONAL SUSTENTÁVEL:

A Experiência da Agência de Santo Amaro da Imperatriz - SC

Porto Alegre  
2007

Escola de Administração  
Programa de Pós-Graduação em Administração  
Monografia de Especialização

Marcio Luiz David

O APOIO DO BANCO DO BRASIL AO DESENVOLVIMENTO

REGIONAL SUSTENTÁVEL:

A Experiência da Agência de Santo Amaro da Imperatriz - SC

Monografia de conclusão de curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração.

Orientador: Prof. Luis Felipe Nascimento

Porto Alegre  
2007

Escola de Administração  
Programa de Pós-Graduação em Administração

Marcio Luiz David

O APOIO DO BANCO DO BRASIL AO DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL SUSTENTÁVEL:  
A Experiência da Agência de Santo Amaro da Imperatriz – SC

Conceito Final:

Aprovado em ..... de ..... de .....

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Elaine Di Diego Antunes – UFRGS

---

Prof. Dra. Sílvia Generali da Costa – UFRGS

---

Orientador – Prof. Dr. Luis Felipe Nascimento – UFRGS

## RESUMO

Esta monografia trata da relação entre *desenvolvimento regional sustentável* e a *agricultura familiar*. O estudo está restrito à experiência da agência do Banco do Brasil do município de Santo Amaro da Imperatriz – SC junto aos agricultores dos municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e São Bonifácio, que em seu conjunto, passam a ser um território unificado por tradições e culturas comuns; além de elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

O objetivo principal proposto por esta pesquisa, de caráter qualitativo, foi de identificar quais os fatores condicionantes necessários para que o território de Santo Amaro da Imperatriz – SC tenha sucesso na implantação de atividades que permitam o desenvolvimento regional sustentável (DRS). Como objetivos secundários, a pesquisa visa levantar e analisar dados sobre os clientes que atualmente fazem uso de linhas de crédito de longo prazo disponibilizadas pelo Banco do Brasil e em que atividade estes créditos foram aplicados e sua importância para o desenvolvimento da região; e identificar atividades no território de Santo Amaro da Imperatriz - SC que poderiam ser incentivadas pelo Banco do Brasil através da implementação de planos de DRS. Como método de pesquisa, optou-se pelo estudo de caso, de caráter qualitativo, exploratório, a partir de entrevistas com integrantes de grupo de estudos envolvido com a implantação da estratégia de desenvolvimento regional do Banco do Brasil no território de Santo Amaro da Imperatriz, bem como com funcionários da agência e os próprios agricultores familiares beneficiados pelo crédito rural. Concluiu que a inexistência de amparo ao agricultor no tocante a técnicas de gestão da propriedade e dos recursos recebidos através do crédito rural para custeio dificulta a mudança da frágil situação em que se encontram as pessoas que dependem da agricultura familiar para sobreviver. A falta de acompanhamento na utilização dos recursos possibilita a geração de distorções em seu uso. O uso consciente dos recursos, a adoção dos princípios da Agroecologia e o incentivo ao associativismo e cooperativismo podem mudar o quadro atual. Necessárias se fazem a adoção e aplicação dos fundamentos teóricos sobre a implantação de iniciativas de acordo com as dimensões (ecológica, social, econômica, cultural, política e ética) da sustentabilidade, já comprovados em outras regiões do país através da estratégia de desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional Sustentável, Agricultura Familiar, Sustentabilidade.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	10
2.1 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	10
2.2 – FATORES CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL... 11	
2.2.1 – As dimensões da sustentabilidade .....	11
2.2.2 – O território ou a localidade .....	13
2.2.3 – Gestão e desenvolvimento dos capitais humano e social .....	16
2.2.4 - Cadeias produtivas e agregação de valor ao produto .....	17
2.2.5 - Protagonismo coletivo e descentralização das decisões.....	18
2.2.6 – Associativismo e cooperativismo .....	19
2.3 – A AGRICULTURA FAMILIAR .....	19
2.3.1 – A nova ruralidade e os desafios da agricultura familiar .....	22
2.3.2 – A importância da extensão rural e a mudança de enfoque necessária.....	28
2.4 - O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) .....	31
2.4.1 – PRONAF em Santa Catarina .....	34
2.4.2 – Pronaf no território de Santo Amaro da Imperatriz - SC.....	36
3. MÉTODO .....	38
4. O TERRITÓRIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ - SC.....	40
4.1 – CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO .....	41
4.2 – A SITUAÇÃO ATUAL .....	43
4.2.1 – Atividades beneficiadas pelo crédito do PRONAF .....	46
4.3 – A ESTRATÉGIA DE DRS DO BANCO DO BRASIL.....	46
4.3.1 – A situação nacional.....	48
4.3.2 – A situação em Santa Catarina.....	51
4.3.3 – A situação local – território de Santo Amaro da Imperatriz.....	52
4.3.4 - Atividades a serem incentivadas através da estratégia DRS .....	53
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	59

## 1. INTRODUÇÃO

Apesar da instituição do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado em 1995 pelo Governo Federal, a situação de penúria para a maioria da classe de pequenos produtores rurais ainda persiste. O programa foi criado para atender o pequeno produtor rural através da abertura de crédito de forma diferenciada, visando o desenvolvimento de suas atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas com a força de seu trabalho e com o de sua família.

Durante muito tempo o agricultor familiar foi levado a aderir ao projeto vigente de modernização tecnológica: máquinas e implementos mecânicos aliados ao uso intensivo de produtos químicos. Pouco a pouco, a cultura diversificada apoiada na experiência própria foi cedendo espaço a monoculturas, a exemplo do grande produtor rural. A propriedade outrora quase independente de produtos externos, pois se produzia também para consumo da família, hoje se vê refém do fornecimento de insumos externos à propriedade.

Importantes projetos governamentais vêm sendo implementados objetivando apoiar ações que promovam o desenvolvimento da agricultura familiar nas regiões mais empobrecidas. O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT e da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, apóia projetos tanto da iniciativa privada quanto pública que visem contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, ou, nas instruções do MDA, “Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais”.

Dentro deste contexto, o Banco do Brasil, como principal agente repassador do crédito do PRONAF, aderiu ao projeto maior do Governo Federal de implementação de planos de desenvolvimento regional sustentável. Assim, desde 2003, o Banco do Brasil vêm desenvolvendo esforços a partir de sua rede de agências no sentido de apoiar projetos que promovam o desenvolvimento sustentável de regiões mais carentes. Além disso, dentro da estratégia de apoiar projetos que promovam o desenvolvimento das regiões, o Banco do Brasil procura formar uma base futura de clientes identificados com a imagem de banco fomentador do desenvolvimento, estabelecendo deste modo, vantagem competitiva frente à concorrência.

Esta pesquisa foi feita levando em conta a experiência da agência de Santo Amaro da Imperatriz, estado de Santa Catarina, a qual é uma agência de perfil rural. Assim, a pesquisa

está direcionada para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, de acordo com denominação do MDA.

A estratégia de desenvolvimento regional sustentável (DRS) do Banco do Brasil segue as diretrizes básicas da estratégia divulgada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, cuja estratégia de atuação apóia-se na *abordagem territorial do desenvolvimento*. Esta abordagem procura identificar e constituir territórios a partir de identidades regionais como elemento aglutinador e promotor do desenvolvimento sustentável.

Conceitualmente, o território aqui considerado é definido pelo MDA como o

espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais - tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições - e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2005a).

Assim, de acordo com esta conceituação, a abordagem territorial do desenvolvimento é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas, que tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento, na valorização da cultura local e na inclusão social, objetivos fundamentais a serem atingidos e conquistados. (BRASIL, 2005b, 2006a)

Dentro da abordagem territorial do desenvolvimento, considera-se de importância primordial o desenvolvimento dos conceitos de capital humano e capital social, fatores necessariamente presentes para que uma região apresente desenvolvimento econômico e social. Entende-se capital humano como a soma do conhecimento e das competências; e capital social como a capacidade de cooperação, de confiança e de participação social presentes em um determinado território. (BRASIL, 2003; SANTIN, 2005; PARREIRAS, 2007).

No nível local, a agência do Banco do Brasil de Santo Amaro da Imperatriz – SC tem sob sua jurisdição cinco outros municípios além de Santo Amaro da Imperatriz: Angelina, Anitápolis, Águas Mornas, São Bonifácio e Rancho Queimado.

De acordo com a abordagem territorial de desenvolvimento acima tratada e para efeitos desta pesquisa, considera-se como um território o conjunto destes municípios. Assim, quando se faz menção ao “Território de Santo Amaro da Imperatriz”, entende-se que seja o

conjunto dos seis municípios sob jurisdição da agência do Banco do Brasil de Santo Amaro da Imperatriz – SC.

Como a agência de Santo Amaro da Imperatriz está diretamente ligada à agricultura familiar devido ao seu perfil de agência rural e por ser uma das principais repassadoras do crédito do PRONAF, torna-se um excelente campo de pesquisa para verificação da aplicação da estratégia de desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil dentro do referencial da abordagem territorial do desenvolvimento.

Além disso, dentro da atual estratégia do Banco do Brasil de buscar alternativas econômicas para o desenvolvimento regional sustentável e em confronto com os condicionantes referenciais da literatura pesquisada, procura-se conhecer e avaliar as atividades econômicas e as vocações do território de Santo Amaro da Imperatriz que favoreçam o seu desenvolvimento de forma sustentável.

Nas últimas décadas, muito se tem discutido sobre os caminhos para a promoção de crescimento econômico, sobre como alcançar o desenvolvimento econômico para todos, e como se desenvolver de forma sustentável, isto é, de que modo podemos promover o desenvolvimento de uma região, território ou país sem degradar o meio ambiente, de tal forma que as gerações futuras possam usufruir deste desenvolvimento.

A disseminação das monoculturas, do uso intensivo de adubos industrializados concentrados e solúveis e dos agrotóxicos tem promovido intensa degradação do meio ambiente, de tal forma que a sustentabilidade da atividade rural do pequeno agricultor está comprometida. Além da degradação do meio ambiente, o uso contínuo de agroquímicos causa danos à saúde dos agricultores e dos consumidores, já que a falta de esclarecimento técnico e de manejo compromete a qualidade da produção agropecuária.

Pesquisas de estudiosos e experiências práticas divulgadas por órgãos públicos sobre desenvolvimento regional sustentável apontam caminhos a serem trilhados e características a serem desenvolvidas que servem de base para avaliação das condições de desenvolvimento econômico sustentável das regiões.

Assim, dentro deste contexto, esta pesquisa procura trazer esta discussão para o âmbito do território de Santo Amaro da Imperatriz – SC, onde problemas ambientais, desmotivação das pessoas envolvidas com agricultura familiar, falta de incentivo e reconhecimento pelos órgãos governamentais, baixa capacitação tecnológica e capacidade financeira para modernização põem em risco a sustentabilidade da atividade na região.



Como objetivo principal, a pesquisa procura identificar quais os fatores condicionantes necessários para que o território de Santo Amaro da Imperatriz – SC tenha sucesso na implantação de atividades que permitam o desenvolvimento regional sustentável (DRS).

Como objetivos secundários, a pesquisa visa

- a) levantar e analisar dados sobre os clientes que atualmente fazem uso de linhas de crédito de longo prazo disponibilizadas pelo Banco do Brasil e em que atividade estes créditos foram aplicados e sua importância para o desenvolvimento da região;
- b) identificar atividades no território de Santo Amaro da Imperatriz - SC que poderiam ser incentivadas pelo Banco do Brasil através da implementação de planos de DRS.

Desde que os problemas ambientais motivados pela degradação da natureza passaram a ameaçar a vida no planeta, o tema sustentabilidade passou a ser discutido de maneira recorrente. Todo dia vemos notícias sobre os perigos que a humanidade terá que enfrentar num futuro bem próximo caso o problema da degradação ambiental não seja equacionado.

O território composto pelos municípios atendidos pela agência de Santo Amaro da Imperatriz tem sua economia baseada primordialmente na agropecuária. Considerando que a produção agrícola neste território está baseada no uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos, altamente tóxicos, a sustentabilidade da atividade está comprometida devido aos custos cada vez mais altos dos insumos e à degradação do meio-ambiente face à falta de cuidados com o manejo dos resíduos e dejetos da atividade.

A partir da constatação da realidade local em consonância com a situação mundial, estudos que procurem levantar dados sobre a situação e propor alternativas que permitam ou que sejam facilitadoras de atividades que tragam desenvolvimento econômico e social de forma sustentável no longo prazo são importantes.

Ao identificar fatores condicionantes para o desenvolvimento que seja sustentável no longo prazo e sugerir práticas de DRS, esta pesquisa estará contribuindo com a implementação da estratégia do Banco do Brasil para o conjunto dos municípios que compõe o território de Santo Amaro da Imperatriz. Salienta-se que os estudos para a aplicação da estratégia DRS na agência de Santo Amaro da Imperatriz estão em fase inicial de diagnósticos dos problemas; assim, esta pesquisa servirá para favorecer a aplicação da estratégia de desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil neste território.

Tendo em vista a importância desta estratégia para o desenvolvimento das regiões, geração de renda e inclusão social de uma grande parcela de brasileiros, o presente trabalho procura, a partir da literatura sobre o tema e da experiência de planos de desenvolvimento regional já implantados e em implementação, levantar a discussão atual sobre desenvolvimento regional sustentável e analisar os fatores condicionantes para que uma determinada região tenha sucesso na implementação de um plano que possibilite o seu desenvolvimento de maneira sustentável.

Na sua forma de abordagem, a pesquisa é qualitativa.

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa é uma pesquisa exploratória.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos a pesquisa é bibliográfica, isto é, está elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e com material disponibilizado na Internet.

Além do levantamento bibliográfico, a pesquisa procura levantar informações sobre a realidade da região a partir de dados divulgados pelas instituições locais, de entrevistas com os atores econômicos ligados às atividades pesquisadas e com as pessoas que têm experiências práticas com o problema pesquisado.

O trabalho está estruturado da seguinte forma. Esta primeira parte, a Introdução, apresenta o contexto atual, os objetivos principal e secundários e a justificativa da pesquisa. O capítulo II dispõe sobre a fundamentação teórica sobre a qual a pesquisa está baseada. O capítulo III trata do método utilizado para se chegar às conclusões da pesquisa. O capítulo IV apresenta a análise dos resultados a que se chegou com a pesquisa. Por fim, no capítulo V, são apresentadas as conclusões e as recomendações da pesquisa.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo procura estabelecer uma base conceitual para análise do desenvolvimento sustentável. Uma questão recorrente sobre a qual muitos pesquisadores e estudiosos têm se debruçado nas últimas décadas é sobre quais os fatores condicionantes necessários para que uma região ou território tenha sucesso na implantação de atividades geradoras de desenvolvimento sustentável. A discussão atual sobre desenvolvimento sustentável e as condições ou fatores condicionantes para que um determinado território, região ou país possa alcançar este desenvolvimento são abordados neste capítulo. Além disso, procura-se relacionar estes fatores condicionantes à agricultura familiar e as influências sobre o desenvolvimento sustentável desta atividade.

### 2.1 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde a década de 70 do século passado, alertas sobre a capacidade finita do planeta Terra em se regenerar têm sido divulgados. Em 1972, a publicação originada dos estudos do famoso Clube de Roma, denominada *The Limits to Growth* (Limites do Crescimento), colocou em pauta a discussão sobre os limites do crescimento econômico nos moldes vigentes na época. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 na Suécia, “colocou o meio ambiente no foco das preocupações internacionais”. (BANCO DO BRASIL, 2007).

O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” foi apresentado pela primeira vez em 1987, como resultado da Assembléia Geral das Nações Unidas, no relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), conhecido com Relatório Brundtland. Neste relatório foi expressado pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento Sustentável utilizado até hoje; significando a capacidade da geração atual de atender às suas necessidades sem comprometer o meio ambiente e a sobrevivência das gerações futuras.

A idéia básica do conceito era que para ser sustentável, o desenvolvimento deveria atender três dimensões fundamentais: ter sustentabilidade ambiental, ser economicamente viável e ser promovido com responsabilidade social.

Com o passar dos anos e com as cobranças cada vez maiores da sociedade, atualmente, entende-se desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que considera todas as dimensões da sustentabilidade, isto é, desenvolvimento não apenas na dimensão econômica, mas também nas dimensões social, cultural, espacial-geográfica ou territorial, ambiental ou ecológica, político-institucional e ética. (GUEDES e TAVARES, 2001; LAGES, 2001; CAPORAL e COSTABEBER, 2002; 2004). É o desenvolvimento que não compromete a capacidade de as gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

## 2.2 – FATORES CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tendo estabelecido uma primeira aproximação com o conceito de desenvolvimento sustentável, passa-se a estabelecer os fatores condicionantes para que um território ou região atinja um estágio de desenvolvimento que possa ser considerado sustentável nas suas várias dimensões.

### 2.2.1 – As dimensões da sustentabilidade

Dentro do contexto de desenvolvimento regional sustentável, pesquisadores desenvolvem estudos que objetivam alterar o perfil dos sistemas de produção agrícola. Este campo de estudo que se abre é chamado de *Agroecologia*. Para Caporal e Costabeber (2004, p.6-7), agroecologia é a "ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentáveis". Os autores

defendem a implantação de um novo paradigma de desenvolvimento rural, que considere as seis dimensões (ecológica, social, econômica, cultural, política e ética) da sustentabilidade.

Por sua importância para o desenvolvimento sustentável, o estudo das dimensões da sustentabilidade tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores.

Para Guedes e Tavares (2001, p. 15), a sustentabilidade é considerada como “condição inerente ao processo de desenvolvimento”. Estes autores consideram que “a questão do desenvolvimento sustentável na agricultura deve ser abordada a partir de uma perspectiva ambiental, econômica e social, dimensões às quais outros autores têm adicionado também os aspectos político, ético, cultural e territorial”. (GUEDES e TAVARES, 2001, p. 28).

Por seu lado, Lages (2001) trabalha com o que ele denomina de cinco dimensões do desenvolvimento: espacial, econômica, social, cultural e ecológica. Na sua opinião, é relevante pensar o desenvolvimento rural sustentável de acordo com estas cinco dimensões, “ultrapassando o reducionismo economicista que avalia o desenvolvimento apenas em termos de PIB, renda per capita e taxas de crescimento.” (LAGES, 2001, p. 54).

Assim, existe consenso entre os autores de que o planejamento do desenvolvimento sustentável deve trabalhar dentro dos campos abrangidos pelas principais dimensões da sustentabilidade:

- a) **Dimensão Ecológica ou Ambiental:** esta dimensão envolve a compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade e enfatizando a idéia de gestão sustentada da base de recursos naturais, assegurando sua disponibilidade também para as gerações futuras;
- b) **Dimensão Econômica:** trata da necessidade de retorno econômico em função dos investimentos realizados. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, esta dimensão envolve a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenos empreendimentos (BRASIL, 2005b);
- c) **Dimensão Espacial-geográfica ou Territorial:** o espaço é uma das dimensões fundamentais do desenvolvimento. É importante pensar o local do desenvolvimento sustentável em termos de território, com suas culturas, povos e aspirações comuns;

- d) **Dimensão Político-institucional:** institucionalidades renovadas que permitam o desenvolvimento de políticas territoriais negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania (BRASIL, 2005b);
- e) **Dimensão Social e Cultural:** dada a sua diversidade, a agricultura familiar pode ser considerada como uma grande reserva da chamada dimensão sócio-cultural do desenvolvimento sustentável, uma vez que representa uma grande diversidade de estratégias de adaptação, sem falar na diversidade étnica e cultural do conjunto dos agricultores familiares. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, esta dimensão envolve maior equidade social graças à participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território, o respeito pela diversidade e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Deve-se pensar estratégias de desenvolvimento regional sustentável no longo prazo. Assim as várias dimensões da sustentabilidade devem servir de balizadores para os planejadores dessas estratégias. A importância das dimensões da sustentabilidade para as estratégias de desenvolvimento sustentável reside na sua visão de longo prazo.

De forma geral,

as várias definições de sustentabilidade, particularmente a sustentabilidade da agricultura, enfatizam a necessidade de sua viabilidade em longo prazo e o suprimento das necessidades humanas de alimentos e matérias primas industriais com o uso eficiente dos recursos naturais não renováveis, garantindo, com isto, a renda dos agricultores e, em última instância, a qualidade de vida presente e futura da sociedade humana. (GUEDES E TAVARES, 2001, pág 28).

### 2.2.2 – O território ou a localidade

Uma estratégia de desenvolvimento sustentável deve definir o local, a região ou o território onde atuará. Assim, a presente pesquisa adota a *abordagem territorial*<sup>1</sup> como base

---

<sup>1</sup> Na abordagem territorial, o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de

para a implementação de planos de desenvolvimento sustentável. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2005a), território é definido como

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

De acordo com esta definição, o conjunto dos seis municípios sob jurisdição da agência de Santo Amaro da Imperatriz – SC - será considerado como um território, no qual as ações locais de desenvolvimento sustentável deverão ser aplicadas. Assim, onde se lê “Território de Santo Amaro da Imperatriz”, entende-se que seja o conjunto desses seis municípios.

Para o MDA, a adoção do território como local próprio para implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável apóia-se em quatro pontos principais:

- a) o rural não se resume ao agrícola.
- b) a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento. Por outro lado, a escala estadual é muito ampla para lidar com a heterogeneidade e especificidades locais;
- c) necessidade de descentralização das políticas públicas, com atribuição de competências e atribuições aos espaços e atores locais; e
- d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas em prol do desenvolvimento.

A partir de 2003, o Governo reconhece que a dimensão territorial se apresenta muito mais adequada a processos de desenvolvimento sustentável. Os territórios rurais estão abrigados por políticas públicas da agricultura familiar e da reforma agrária e constituem, também, um embrião de projetos de desenvolvimento sustentável e participação democrática, porque englobam, além da produção, aspectos culturais e de identidade própria. Esses territórios nascem da união de produtores, sindicatos, movimentos comunitários, igrejas, conselhos municipais e poderes públicos. (BRASIL, 2006b, p.104).

---

um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2005a).

Assim, o desenvolvimento local ou territorial sustentável deve ser um processo endógeno de mudança, em que as forças sociais mobilizadas, as decisões tomadas e os recursos empregados se originam da localidade e, mais importante, são aplicados na própria localidade, o que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais. De acordo com o estudo do Sebrae, devemos

pensar o desenvolvimento em termos territoriais, conectando horizontalmente suas dimensões verticais, que remetem às cadeias produtivas e a outros territórios. O planejamento do desenvolvimento, a partir de um enfoque territorial, tem ganhado importância. Para se trabalhar estratégias territoriais de desenvolvimento, o critério mais adequado é o da própria articulação das forças locais, e não unidades geográficas definidas pelo Estado. (SEBRAE, 2003, p. 41-43).

Desta forma, considerando que desenvolvimento sustentável não é sinônimo apenas de crescimento econômico do território, outros aspectos devem ser levados em consideração. Estes aspectos devem evidenciar melhorias nas condições de vida das pessoas, nas condições de educação, de saúde, de locomoção, de lazer, de trabalho e de geração de renda.

Na visão de Rosa (2001, p. 85),

o 'local' ou a 'localidade' torna-se o 'lugar' onde se dá o processo de desenvolvimento rural, pois é onde ocorrem os empreendimentos familiares rurais agrícolas e não-agrícolas. Antes de ser uma descaracterização do espaço rural, tem-se a sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais. O conhecimento das especificidades locais passa a possibilitar o surgimento de soluções mais eficientes e eficazes para as demandas sociais. Busca-se envolver os valores e os comportamentos dos participantes, suscitando práticas imaginativas, atitudes inovadoras e espírito empreendedor.

Um dos principais pontos a ser levado em consideração é a definição de um território ou local específico a partir do qual as ações de planejamento possam ser implementadas.

O estudo elaborado pelo Sebrae em 2003 e coordenado por I. Sachs destaca que

todo desenvolvimento tem uma base eminentemente local. Embora os processos que resultam em desenvolvimento, ou na falta dele, transcendam o plano local, é nele que se manifesta sua presença ou ausência. É aí que se dá a participação e interação entre os atores (trabalhadores, empresários, poderes públicos e terceiro setor), que se explicitam e negociam conflitos, que forjam compromissos e sinergias. É no local que se iniciam os arranjos produtivos e se exercem os *trade-offs* entre as cinco eficiências – social, alocativa, inovativa, ecoeficiência e de pleno emprego de recursos.



### 2.2.3 – Gestão e desenvolvimento dos capitais humano e social

Entende-se capital humano como a acumulação de conhecimentos científico, gerencial, profissional e artístico, concebidos como fundamentais para o desenvolvimento sustentável, além de habilidades, de competências e de condições para sua propagação entre as pessoas (SANTIN, 2005; PARREIRAS, 2007); e capital social como o conjunto de práticas de confiança recíproca entre os cidadãos, voltados para a resolução de problemas que requerem ação coletiva. Também pode ser entendido como o conjunto de normas e valores informais compartilhados entre os membros de uma comunidade, incentivando-os à prática da cooperação, da solidariedade e da participação social. (SANTIN, 2005; PARREIRAS, 2007).

Uma das condições básicas para que uma região ou território entre em um círculo de desenvolvimento sustentável reside em sua capacidade de desenvolver os capitais humano e social, desenvolver a capacidade de gestão dos membros da comunidade e criar mecanismos de difusão do conhecimento entre a população.

Para Guedes e Tavares (2001, p. 26), “o fenômeno da organização social para a atividade econômica tem sido um dos mais freqüentemente apontados como responsável pelo sucesso de projetos de fortalecimento da agricultura familiar e de desenvolvimento local”.

No entendimento de Rosa (2001, p. 87-88),

a capacitação e educação compõem parte integrante do desenvolvimento local sustentável, devido o seu caráter formativo de troca e produção de conhecimentos, voltados para a prática social cidadã. Este processo deve estar oferecido à comunidade permanentemente, e suas **metodologias deverão ser adequadas às suas necessidades** (em negrito no original). [...] Deve-se incentivar a participação da população rural nas tomadas de decisões e na gestão das políticas de desenvolvimento rural e agrícola.

O ponto central deve ser **o desenvolvimento dos capitais humanos e sociais** (em negrito no original) disponíveis, vistos não como beneficiários de políticas sociais compensatórias, mas como atores sociais participantes do processo de renovação e construção de uma nova sociedade.

De acordo com Guedes e Tavares (2001, p. 26-27),

projetos bem sucedidos no desenvolvimento sustentável da economia popular passam pela educação, profissionalização e organização das pessoas e pela incorporação de tecnologia à atividade econômica para a sustentabilidade, em suas diversas dimensões. A crescente conscientização, também pelo lado dos agricultores familiares, de problemas sociais, políticos e ambientais que o padrão modernizante das atividades econômicas vem causando, reforça a esperança de que o modo de

produção familiar encontre a direção de um processo que o viabilize sustentavelmente.

Para Fonseca (2001, p. 42-45),

o desafio enfrentado pela maior parte das pequenas produções familiares é o da superação das formas tradicionais de organização do trabalho, principalmente, pela descapitalização e recursos precários para a produção, além da baixa escolaridade e na maioria dos casos, o alto índice de analfabetismo. A superação dessa condição implica a reorganização das formas de gestão social. Significa construir novos conhecimentos que permitam avanço das condições de trabalho desses pequenos produtores familiares e a compreensão da potencialidade do espaço rural vista na sua totalidade. Novos paradigmas de capacitação e de educação rural contribuirão para entender e superar as dificuldades vivenciadas na agricultura familiar, capacitando-a para a gestão social, acompanhamento e a avaliação de seus empreendimentos. Além de estimular o uso de práticas de trabalho em conjunto que racionalizam o tempo, o trabalho e fortaleçam as relações sociais entre agricultores.

A formação de recursos humanos passa a ser entendida como uma variável estratégica do desenvolvimento, capaz de gerar transformações no desenvolvimento social cultural e de realizar as potencialidades dos indivíduos e da coletividade: de considerar o conhecimento empírico do trabalhador como um conhecimento a ser ampliado.

Assim, é importante que as estratégias de desenvolvimento sustentável estejam focadas nas pessoas, procurando integrar os potenciais econômico e de conhecimento existentes no território. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário,

trata-se de uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: a geração de riquezas com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; a inclusão social. (BRASIL, 2005b)

As estratégias de desenvolvimento devem estar centradas no ser humano e devem incorporar três atributos básicos:

desenvolvimento das pessoas, aumentando suas oportunidades, capacidades, potencialidades e direitos de escolha; desenvolvimento para as pessoas, garantindo que seus resultados sejam apropriados equitativamente pela população; e desenvolvimento pelas pessoas, empoderando-as, isto é, alargando a parcela de poder dos indivíduos e comunidades humanas durante sua participação ativa na definição do processo de desenvolvimento do qual são sujeitos e beneficiários. (SEBRAE, 2003, p. 20-21).

## **2.2.4 - Cadeias produtivas e agregação de valor ao produto**

A sustentabilidade da atividade econômica da agricultura familiar depende da elevação do valor que se agrega ao produto comercializado. Assim é importante que as estratégias de

desenvolvimento sustentável priorizem pesquisas que aumentem o valor agregado e criem condições de criação de nichos de mercado a partir da melhoria do produto.

Além disso, diretamente ligado ao fator Capital Humano presente na região, é importante viabilizar a criação de cadeias produtivas com agregação de valor dentro do território objeto da estratégia de desenvolvimento. Entende-se *cadeia produtiva* como o conjunto de todas as etapas do processo produtivo de um determinado produto ou serviço, desde a compra de matéria-prima, passando pela produção em si até a etapa da comercialização. A cadeia produtiva com agregação de valor passa a ser conhecida como uma *cadeia de valor*, a qual abrange a própria cadeia produtiva, a cadeia de distribuição e todos os elementos de influência direta e indireta, como instituições públicas e financeiras, cooperativas, etc.

### **2.2.5 - Protagonismo coletivo e descentralização das decisões**

A participação das pessoas nas decisões que irão afetar a sua vida futura deve ser incentivada sob pena de comprometer qualquer programa ou planejamento que vise o desenvolvimento do território. O incentivo a que as pessoas passem a ser protagonistas de suas ações deve ser prioridade em qualquer planejamento estratégico que vise o desenvolvimento sustentável. Assim, no planejamento estratégico de desenvolvimento sustentável, as decisões não devem ser tomadas nos escritórios dos órgãos oficiais governamentais e de extensão rural. A descentralização das decisões deve ser parte integrante das estratégias.

Nesta linha, Fonseca (2001) defende a importância da descentralização do poder e das decisões em níveis locais. Assim, para este autor,

descentralizar significa aumentar o poder de autonomia de decisões e de controle dos recursos, as responsabilidades e as competências das comunidades locais. A descentralização como princípio constitui um instrumento propício para promover o desenvolvimento local, democratizando os processos de gestão social. (FONSECA, 2001, p. 39).

O novo cenário de descentralização tende a fortalecer o nível local, de tal forma que os processos de desenvolvimento possibilitem reduzir as desigualdades sociais, fortalecer a democracia participativa, distribuir o poder político, gerar oportunidade de emprego e renda. (FONSECA, 2001 p. 43).

### 2.2.6 – Associativismo e cooperativismo

Entende-se que as pessoas são, em última instância, os beneficiários principais do desenvolvimento de suas comunidades. Assim, o fortalecimento dos ideais de associativismo e cooperativismo deve ser um dos principais fatores a ser trabalhado nas mentes das pessoas. Somente a partir da associação da população em parcerias consegue-se a força necessária para aplicar estratégias mais complexas de médio e longo prazos. O cooperativismo é a forma ideal de organização dos produtores familiares para a comercialização coletiva dos seus produtos.

Para Guedes e Tavares (2001, p. 26), “o associativismo tem sido uma forma pela qual o empreendimento regido pela economia familiar alcança sucesso, assegura escala e constrói soluções para entraves à reprodução de sua atividade”. Para eles, é

por meio de associações e de cooperativas (e secundariamente de entidades sindicais), que comunidades de agricultores têm acessado linhas de crédito, implantado organizações de finanças solidárias (como cooperativas de crédito), articulando a formulação de políticas públicas favoráveis ao segmento, adquirindo insumos, processado e comercializado a sua produção, recebido assistência técnica e até operado com sucesso (em casos mais isolados), em mercados internacionais. (GUEDES E TAVARES, 2001, p. 26-27)

Considerando que a pesquisa visa principalmente estabelecer as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável de territórios rurais, devido ao perfil rural do território de Santo Amaro da Imperatriz, passa-se a analisar a situação corrente do que se convencionou chamar de “Agricultura Familiar”.

### 2.3 – A AGRICULTURA FAMILIAR

Sinônimo de atraso no campo, a agricultura familiar como organização econômica sempre foi ignorada pelas políticas públicas até passado recente. Para Guedes e Tavares (2001, p. 19), “a agricultura praticada em regime de economia familiar já foi denominada [e às vezes ainda é] de pequena agricultura, pequena produção, agricultura do pequeno produtor

e agricultura de subsistência”. Estas denominações mal escondem uma certa dose de preconceito por parte de outros setores econômicos mais adiantados.

Para Lima Neto (2001, p. 69),

a agricultura familiar no Brasil sempre foi considerada um segmento marginal e de pequena importância para os interesses de uma sociedade capitalista que encarava a chamada ‘grande agricultura’, a ‘monocultura’ – café, cana-de-açúcar, soja etc. – como atividade econômica de destaque e foco dos benefícios das políticas públicas.

Durante longo tempo, não houve interesse na geração de políticas públicas para esse segmento da sociedade tido, em geral, como um encargo e não como um participante do processo de desenvolvimento nacional. Os próprios instrumentos do Estado, a exemplo da assistência técnica e extensão rural, da pesquisa e do crédito, eliminavam o agricultor familiar de suas agendas.

De maneira geral, a agricultura familiar apresenta três características básicas:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;
- b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (Guedes e Tavares, 2001, p. 19).

Apesar do abandono a que se viu sujeita nos últimos anos, atualmente, a agricultura familiar e as pessoas envolvidas na atividade são vistas como um segmento importante para o desenvolvimento das regiões mais atrasadas. Por ser uma atividade intensiva em pessoal, a agricultura familiar é um meio de manter as pessoas ocupadas no campo, evitando o abandono das propriedades e o deslocamento para as cidades.

A mobilidade territorial é um fator de agravamento do desemprego urbano, já que as cidades não comportam a população que se desloca do campo para as cidades a procura de melhores condições de vida. Os dados mostrados na Tabela 1 comprovam a queda acentuada da população rural em relação à população total do Estado de Santa Catarina nos anos de 1996, 2001 e 2003.

Tabela 1 – Mobilidade Territorial em Santa Catarina

Ano	Anos de 1996, 2001 e 2003.		
	1996	2001	2003
<b>População Total</b>	4.919.973	5.467.576	5.626.146
<b>População Rural</b>	1.405.871	1.052.041	1.014.473

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponíveis no site do Instituto Cepa/Epagri

A Tabela 2 retrata a Agricultura Familiar no estado de Santa Catarina de acordo com dados do último Censo Agropecuário 1995/1996 do IBGE, mostrando o número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção e categorias familiares por tipo de renda e patronal.

A importância da agricultura familiar como classe social a ser fortalecida é demonstrada pelos números de estabelecimentos envolvidos com a categoria familiar.

Tabela 2 – Retrato da Agricultura Familiar em Santa Catarina

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
<b>Total</b>	203.374	100,0	6.612.845.566	100,0	3.270.223	100,0
<b>Total Familiar</b>	<b>191.760</b>	<b>94,3</b>	<b>3.965.843.038</b>	<b>60,0</b>	<b>2.330.103</b>	<b>71,3</b>
<b>Maiores rendas</b>	31.849	15,7	1.004.883.527	15,2	1.158.039	35,4
<b>Renda média</b>	72.498	35,7	1.510.520.456	22,8	784.494	24,0
<b>Renda baixa</b>	36.528	18,0	623.585.658	9,4	173.698	5,3
<b>Quase sem renda</b>	50.885	25,0	826.853.387	12,5	213.873	6,5
<b>Patronal</b>	10.521	5,2	2.613.174.824	39,5	929.324	28,4
<b>Instituições Religiosas</b>	93	0,0	4.626.934	0,1	2.343	0,1
<b>Entidades Públicas</b>	972	0,5	29.194.770	0,4	8.449	0,3
<b>Não Identificado</b>	1	0,0	6.000	0,0	3	0,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário a partir de dados do Censo Agropecuário 1995/1996 IBGE e elaborado por Convênio INCRA/FAO

A importância econômica que a agricultura familiar adquiriu com o passar dos anos tornou injustificável a situação de abandono a que foi condenada. Os autores pesquisados

defendem a necessidade de pensar-se uma nova abordagem frente aos desafios da atividade, uma nova ruralidade sob os preceitos do desenvolvimento territorial sustentável.

O universo da agricultura familiar engloba 4,2 milhões de estabelecimentos familiares, representa 84% dos estabelecimentos rurais do Brasil e emprega 70% da mão-de-obra do campo, sendo responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária. Suas cadeias produtivas correspondem a 10% de todo o PIB do País. (BRASIL, 2006B).

Essas famílias compõem a parte mais significativa do Brasil rural e ocupam uma vasta diversidade de ambientes físicos, recursos naturais, agroecossistemas e sistemas agrários. Além disso, representam uma ampla variedade de etnias, culturas, relações sociais, formas de organização social e padrões tecnológicos, demonstrando a diversidade do espaço rural brasileiro. (BRASIL, 2006b).

### **2.3.1 – A nova ruralidade e os desafios da agricultura familiar**

O desenvolvimento da agricultura familiar de forma sustentável demanda desafios que somente a união de forças de todos os agentes envolvidos pode dar conta.

Os desafios hoje enfrentados, tais como baixa produtividade, dificuldades de comercialização do produto, falta de cooperativismo, degradação ambiental, problemas de saúde ligados ao uso de agrotóxicos e a lesões causadas por esforço repetitivo necessitam da criação de uma nova forma de lidar com os problemas do agricultor familiar.

De acordo com análise de Fonseca (2001, p. 41-42),

a nova ruralidade resgata e fortalece a prática e o conceito de agricultura familiar. O apoio à agricultura familiar dá um novo impulso ao desenvolvimento rural tendo como referência a geração de renda, a criação de ocupações produtivas, a redução da migração campo-cidade e a configuração de novos espaços rurais e urbanos por meio de um novo modelo de desenvolvimento que articula os dois espaços.

Conforme Guedes e Tavares (2001, p. 23), alguns fatores são necessários para a competitividade e sustentabilidade da atividade da agricultura familiar:

- a) criação e operação de meios que assegurem o acesso a fatores essenciais à produção e reprodução, destacadamente terra e capital;

- b) incorporação de inovações tecnológicas aos sistemas de produção, reduzindo custos, aumentando rendimentos físicos e econômicos e controlando o risco ambiental;
- c) diversificação e reconversão de atividades;
- d) integração da produção primária à cadeia produtiva;
- e) importância da organização da comercialização da produção;
- f) importância do estímulo do jovem pela vida no meio rural, valorizando suas iniciativas; discussão dos processos sucessórios no interior das famílias, contemplar o jovem com programas de capacitação e linhas de crédito que proporcionem base material de sua afirmação como futuro agricultor.

Dentro deste contexto, deve-se

considerar, em plenitude, a diversidade típica da agricultura familiar, principalmente os contrastes regionais e suas diferenciações econômicas, sociais e organizativas, respeitando suas especificidades socioculturais e produtivas. As vocações locais devem ser despertadas para se desenvolver suas potencialidades específicas e promover o intercâmbio externo. (ROSA, 2001, pág. 85).

Como fatores que impactam negativamente a vida no campo e comprometem a possibilidade de manter a sustentabilidade do desenvolvimento são a degradação ambiental e malefícios à saúde, principalmente os ocasionados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos.

Existem diversas formas de produzir sem agressão ao meio ambiente, sob as mais variadas denominações, sendo mais conhecidas como agricultura orgânica ou agricultura agroecológica.

*A Agricultura Orgânica* é o sistema de produção que

visa obter produtos de qualidade (alimentos, fibras, etc), associando o uso de técnicas e insumos naturais renováveis (ar, água, solo, incluindo seus componentes: flora e fauna), com respeito ao meio ambiente e satisfazendo os princípios da sustentabilidade, ou seja, através do equilíbrio entre as várias atividades (lavouras, criação de animais, uso de reservas naturais), busca-se alcançar a maior independência possível de energia e de insumos externos à propriedade rural. (UPNMOOR, 2003, p. 13).

Dentro do novo paradigma de desenvolvimento sustentável e sem agressão ao meio ambiente, a agricultura orgânica está baseada na manutenção da fertilidade do solo e da saúde geral das plantas e animais. Este estágio de não utilização de mecanismos agressores ao meio ambiente é atingido a partir de algumas variáveis, conforme citado por Upnmoor (2003):

- a) uso de esterco animais;



- b) diversificação e rotação de culturas;
- c) consorciação de culturas;
- d) uso de adubação verde e de restos de culturas;
- e) uso da compostagem<sup>2</sup> / adubos orgânicos;
- f) cobertura do solo (viva ou morta);
- g) manejo de plantas invasoras, e não sua eliminação;
- h) adoção de quebra-ventos e cercas-vivas;
- i) controle biológico de pragas e doenças;
- j) uso de defensivos alternativos;
- k) integração entre produção vegetal e animal.

Por seu turno, para que um sistema de produção agrícola seja considerado dentro dos preceitos da chamada Agricultura Ecológica, ele deve fazer uso de um

conjunto de técnicas, processos e sistemas que busquem mobilizar harmonicamente todos os recursos disponíveis na unidade de produção e que reciclem os nutrientes e maximizem o uso de insumos orgânicos nela gerados, que reduzam o impacto ambiental e a poluição, que controlem a erosão, que usem máquinas que humanizem o trabalho e sejam compatíveis com a realidade onde vão operar, e aumentem a produtividade da mão-de-obra, da terra e do capital, que minimizem a dependência externa da tecnologia e matérias-primas, que busquem a otimização do balanço energético da produção e que produzam alimentos baratos e de alta qualidade biológica, em escala para suprir as necessidades internas e gerar excedentes exportáveis. (BONILLA, 1992 p. 24).

Desta forma, as diretrizes básicas do modelo agroecológico são:

- a) produção suficiente, contínua e diversificada;
- b) melhoria da capacidade produtiva do solo;
- c) conservação do meio ambiente, em forma compatível com as necessidades reais da produção agrícola;
- d) atenção prioritária ao valor nutritivo e sanitário dos alimentos (qualidade biológica dos alimentos);
- e) integração das pesquisas em seus aspectos agronômicos e sócio-econômicos;
- f) estabelecimento de preços razoáveis para o produtor e o consumidor;
- g) estabilidade social no meio rural. (BONILLA, 1992, p. 25).

---

<sup>2</sup> Compostagem é o processo de formação do composto (fertilizante orgânico preparado pelo amontoamento de restos animais e vegetais, ricos em substâncias nitrogenadas, misturados com outros resíduos vegetais pobres em nitrogênio e ricos em carbono).

O MDA possui um programa específico em relação à mudança de paradigma produtivo, a partir do qual processos de produção de acordo com os princípios da agroecologia são incentivados.

Lançado em 2005, o *Programa Nacional de Agroecologia* investiu aproximadamente R\$ 53 milhões em assistência técnica, capacitação e intercâmbio entre técnicos e produtores. Seu objetivo é apoiar os produtores que desejam promover a transição da agricultura tradicional para modelos sustentáveis de cultivo. A iniciativa do Governo acompanha a crescente conscientização da sociedade brasileira sobre a importância do equilíbrio ambiental, da preservação dos recursos naturais e de novos hábitos alimentares. A agricultura ecológica significa o cultivo de alimentos mais saudáveis, proporcionando a renovação do solo e a conservação dos recursos hídricos. A aprovação da Lei dos Orgânicos, a criação do PRONAF Agroecologia, a inclusão nas diretrizes da Política Nacional da Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER) são outros avanços desse segmento que vem crescendo muito nos últimos anos.

O programa do Governo apóia processos produtivos que sejam ambientalmente sustentáveis, economicamente rentáveis, socialmente incluídos e culturalmente aceitáveis, assegurando a produção de alimentos saudáveis, de melhor qualidade biológica, e livres de qualquer contaminação. Está plenamente articulado com a prioridade de fortalecimento da agricultura familiar.

Além das ações de assistência técnica, o programa disponibiliza recursos aos sistemas de produção ecológicos ou orgânicos, através do PRONAF Agroecologia. Os agricultores integrantes do grupo C do PRONAF – com renda anual de até R\$16 mil anuais – podem dispor de R\$ 6 mil para investimentos, enquanto os do grupo D – até R\$ 45 mil de renda – têm crédito de R\$ 18 mil.

O Brasil é o quinto país em área de cultivo de orgânicos do mundo. São quase 15 mil propriedades certificadas, 70% delas de agricultores familiares, que produzem 300 mil toneladas de alimentos por ano. Os principais produtos são: soja (31%), hortaliças (27%) e café (25%). A maior área plantada é com frutas (26%), cana (23%) e palmito (18%). (BRASIL, 2006b).

Para garantir a transparência e a democratização na aplicação dos recursos, o programa tem a participação dos setores diretamente interessados, através de um Fórum de

Apoio à Gestão, com participação dos produtores e das organizações voltadas à agroecologia. (BRASIL, 2006b, p. 57).

Em relação ao questionamento se a agricultura familiar poderá ou não ocupar os mercados para novos produtos derivados da preocupação com a saúde e o meio ambiente, como os orgânicos e ecológicos, produtos de valor cultural agregado, produtos fitoterápicos, produtos artesanais, Flores (2001, p. 9) menciona como ações prioritárias a aplicação de

[...] padrões tecnológicos compatíveis com a produção em pequena escala, legislação sanitária para processamento que seja não-excludente, mecanismos de comercialização que garantam a comercialização coletiva, assistência técnica que saiba construir a organização do processo de produção a partir do mercado, e um sistema de financiamento acessível aos agricultores [...]. [neste quesito, o autor considerava o PRONAF um pequeno passo para atender as necessidades de crédito].

Além disso, também é necessária uma reorganização institucional de modo a incluir o contingente de agricultores que se encontra à margem do mercado. Para Flores (2001, p. 9), “organizações com novas estratégias, novas prioridades, novas formas de intervenção e pessoal adequadamente capacitado são necessárias para um novo projeto de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar”.

Por sua importância na estratégia do desenvolvimento rural sustentável, existe a necessidade de se repensar as instituições de apoio à agricultura familiar. Para Flores (2001, p. 13), três problemas principais devem ser avaliados:

- a) sistemas bancários como instrumentos de crédito;
- b) a geração de tecnologia que não apóia um processo de pluralismo tecnológico, a assistência técnica que necessitaria ter uma ação a partir do mercado; e
- c) os sistemas de comercialização que afastam esses produtores do processo de formação de preço.

Deste modo,

as políticas públicas necessitam promover um processo de transformação também no modelo institucional de apoio ao desenvolvimento rural, sem as quais, a sociedade dificilmente produzirá as mudanças, apesar dos esforços de muitas organizações.

O processo de crescimento da multifuncionalidade na agricultura e da pluralidade dentro das famílias rurais pode estimular o dinamismo da área rural, tornando-a não só economicamente viável para os estabelecimentos familiares, mas efetivamente dando-lhe condições de ser uma excelente opção de vida. (FLORES, 2001, p. 13).

Dentro da mesma linha de análise de que existe a necessidade de se repensar o atual modelo de desenvolvimento rural, Lages (2001, p. 51-52) considera que “o homem deve ser colocado no centro do desenvolvimento rural e agrícola sustentável”.

Na sua concepção, as funções da agricultura familiar devem ser revistas, passando a incluir as seguintes funções:

- a) geração de renda de forma desconcentrada;
- b) criação de ocupações produtivas nos setores situados à jusante e à montante da propriedade agrícola, quer dizer, gerar empregos rurais não-agrícolas;
- c) garantir suficiência, produtividade, qualidade, diversificação e continuidade a uma política de segurança alimentar;
- d) reduzir a migração campo-cidade e das cidades de pequenas para as grandes,
- e) apoiar a retomada do processo de desenvolvimento;
- f) contribuir para uma maior competitividade da economia nacional;
- g) maximizar o uso racional dos fatores ambientais;
- h) contribuir para reduzir as desigualdades espaciais e sociais;
- i) articular-se com os outros setores da economia.

Na mesma linha de análise, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, esta nova ruralidade demanda uma nova abordagem da agricultura familiar,

uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: a geração de riquezas com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; a inclusão social" (BRASIL, 2005b).

Na sua análise da agricultura familiar tendo como base o paradigma do desenvolvimento sustentável, Lages (2001, p. 62-64) desenvolveu algumas proposições a serem consideradas para a viabilização da agricultura familiar no Brasil:

- a) observação da pluriatividade sempre que possível como forma de complementaridade de renda;
- b) necessidade de oferta de tecnologias adaptadas. O desenvolvimento científico e tecnológico deve se adequar às necessidades específicas da agricultura familiar, com base em preceitos da agroecologia, de maneira a facilitar a gestão sustentável dos recursos naturais;
- c) desenvolver enfoque pró-ativo em relação às políticas de proteção ambiental. O autor cita como exemplos desse enfoque mais pró-ativo da gestão ambiental a

- conservação da biodiversidade através de sua utilização racional, a produção limpa ou orgânica e a produção artesanal com produtos oriundos dos ecossistemas locais;
- d) sempre que possível, estabelecer um zoneamento agroecológico por microbacias, intercalando áreas individuais com áreas comunais, integrando e flexibilizando as escalas de produção e modelos de agroecossistemas: não se deve impor restrições ou limites para as escalas de produção (o leque de possibilidades inclui a hidroponia, a floricultura, o confinamento de animais integrado a pequenas agroindústrias ou complexos agroindustriais, a fruticultura, piscicultura, agricultura orgânica, biodinâmica; sempre que possível, deve-se recomendar a integração dos ecossistemas terrestres e aquáticos, assim como de atividades agrícolas com a criação de pequenos animais, como forma de melhorar a alimentação (autoconsumo), aproveitamento de resíduos agrícolas, produção de biofertilizantes, biopesticidas, compostagem, etc);
- e) desenvolver estratégias de marketing rural para agregar valor subjetivo aos produtos oriundos da agricultura familiar: desenvolver rótulos, selos de qualidade; feirões de produtores (agricultura familiar); estabelecer relações contratuais com supermercados, feiras livres, centrais de abastecimento, agroindústrias, apoiadas na organização dos produtores; ousar fazer da “justiça social” que subjaz à da defesa da agricultura familiar, um apelo de mercado.

### **2.3.2 – A importância da extensão rural e a mudança de enfoque necessária**

Durante muitos anos, a agricultura familiar foi relegada a segundo plano dentro da política agrícola do Brasil. O agricultor foi abandonado à própria sorte, contando apenas com seu conhecimento e força já que as empresas de extensão rural do Estado foram pouco a pouco sendo desmontadas.

As conseqüências deste processo ficam claras hoje com a insuficiência dos serviços de assistência técnica e de extensão rural para atender à demanda da agricultura familiar. De acordo com estudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Departamento de

Assistência Técnica e de Extensão Rural (DATER), ligado à Secretaria da Agricultura Familiar, esta situação restringe “as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e a políticas públicas em geral, o que contribui para ampliar a diferenciação e a exclusão social no campo”. (BRASIL, 2004, p. 5).

Lima Neto (2001, p. 67-68) reconhece o papel importante que a extensão rural havia exercido como instrumento de apoio ao desenvolvimento rural. No entanto, ele afirma que

por muitos anos o serviço de assistência técnica e extensão rural focalizou sua atenção na importância da adoção de novas tecnologias agropecuárias pelo produtor, procedimento que era considerado como única alternativa para o desenvolvimento do meio rural. O conceito de desenvolvimento restringia-se à noção de crescimento econômico. Os principais indicadores de avaliação dos efeitos do serviço de assistência técnica e extensão rural eram o aumento da produção e da produtividade, entendida como quantidade física produzida em relação à área física trabalhada. Neste contexto, a tecnologia se destacava como único fator para o alcance de bons indicadores de resultados, chegando a ser mais importante que o próprio crédito rural, política pública responsável pela capitalização dos agricultores para cobertura dos custos das inovações tecnológicas.

A reconstrução das atividades de Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER) promovida desde 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário foi uma constatação por parte do Governo da necessidade de implementar estratégias de produção agropecuária compatíveis com os ideais do desenvolvimento sustentável, já que o modelo de agricultura convencional, baseado nos pacotes da “Revolução Verde”<sup>3</sup> e no modelo extensionista identificado com a Teoria da Difusão de Inovações demonstrou estar superado. (BRASIL, 2004).

Os recursos federais para a assistência técnica chegaram a R\$ 110 milhões durante o ano de 2006, com 1,6 milhão de famílias assistidas. Esses números representam a soma das várias ações do Governo – ATER, PRONAF A, B e C e Projeto Hélder<sup>4</sup> Câmara. Cinco mil novos profissionais foram incorporados à rede, elevando para 20 mil o número de técnicos de campo em todo o País.

Para o fortalecimento e a sustentabilidade da agricultura familiar, o Governo considerou estratégica a reestruturação desta área de apoio e difusão do conhecimento no meio rural, que estava desarticulada desde o início da década de 90, com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

---

<sup>3</sup> Denominação dada ao incentivo à produção agrícola altamente mecanizada e fazendo uso intensivo de produtos agrotóxicos, principalmente após a 2ª Guerra Mundial. No Brasil, principalmente após a década de 70 de Século passado.

<sup>4</sup> O Projeto Dom Hélder Câmara é uma parceria entre o MDA e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário/FIDA, que está trazendo mais qualidade de vida para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária no semi-árido nordestino.

A partir de um amplo debate com a participação de instituições públicas, universidades e organizações não-governamentais, o Governo criou o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). Foi construído o Comitê de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), integrado por 33 entidades governamentais e da sociedade civil, para acompanhar a implementação de políticas a fim de garantir ao produtor acesso ao conhecimento, tornando a assistência rural educativa, democrática e participativa.

O Decreto nº 25, de 28 de março de 2006, definiu a implementação e estabeleceu as diretrizes gerais do Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), cuja estrutura operacional está sendo desenhada por um Grupo de Trabalho composto por representantes do Governo e da sociedade civil. Cabe ao SIBRATER integrar estas ações, abarcando a assistência técnica, a educação profissional e a atuação dos centros de pesquisa e tecnológicos, de qualificação e racionalização da ATER. (BRASIL, 2006B, p. 42).

Na visão de Lima Neto (2001, p. 86), as instituições de assessoria e assistência técnica se colocavam [e ainda se colocam]

como interventores do processo de desenvolvimento, mediante as falas e as decisões dos agricultores. Na perspectiva do desenvolvimento local devem se colocar como mediadores e estimuladores das necessidades e demandas dos agricultores, valorizando o conhecimento local.

Cabe assim **uma revisão das instituições de extensão rural e assistência técnica** (em negrito no original), que devem desempenhar um novo papel, onde a administração dos serviços de Extensão Rural aproxima-se de um sistema participativo e inovador de assistência técnica.

Assim, objetivando sanar esta deficiência e promover esta revisão de enfoque, o Plano Nacional reorientou a extensão rural como instrumento de promoção da sustentabilidade rural, mediante a adoção de métodos participativos e da ênfase à tecnologia baseada nos princípios da agroecologia. Até então, a extensão rural brasileira caracterizava-se pela simples transferência de tecnologia de cima para baixo.

Ao longo destes quatro anos, o Governo realizou mais de 200 contratos, com 27 instituições públicas estaduais – em sua maioria, reativadas neste período – e organizações não-governamentais, a partir de um sistema de credenciamento das prestadoras de serviço, com critérios de qualificação técnica definidos em portaria de agosto de 2005. Ela estabelece mecanismos transparentes para a seleção de projetos e repasse de recursos, que são as Chamadas para Projetos e os Termos de Referência, e no estímulo à organização das entidades em redes para prestação dos serviços. As redes permitem uma complementaridade

de ações, a ampliação do número de agricultores assistidos e a otimização dos custos para prestação dos serviços. Ao mesmo tempo, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA promoveu centenas de encontros, reuniões e cursos de capacitação buscando o nivelamento de informações sobre os preceitos do PRONATER. Em geral, essas diretrizes são amplas e abrangentes, mas enfatizam o respeito às diversidades produtivas, culturais e regionais dos produtores e suas formas de organização.

A aplicação deste programa proporcionou a redução no uso de insumos químicos e, conseqüentemente, dos impactos ambientais; a diversificação dos cultivos; a melhoria na alimentação das famílias envolvidas; a participação das mulheres e dos jovens nas decisões de cada unidade familiar; o acesso aos sistemas de saúde e previdência; o aperfeiçoamento das moradias e o uso de água potável e plantas medicinais. Do ponto de vista econômico, as famílias tiveram aumento da renda, acesso a novos mercados e melhor aproveitamento da mão-de-obra. (BRASIL, 2006b, p. 43).

#### 2.4 - O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O objetivo principal do PRONAF é o fortalecimento do agricultor familiar, visando integrá-lo à cadeia de agronegócios e proporcionar-lhe aumento de renda e agregação de valor ao produto e à propriedade.

A importância do fortalecimento da Agricultura Familiar já não é mais motivo de controvérsias entre os estudiosos do tema.

Para Lima Neto (2001, p. 69),

a sociedade como um todo passou a enxergar a importância deste segmento social: o agricultor familiar deixou de ser o Jeca Tatu e a agricultura familiar passou a ser vista como a melhor e mais econômica opção para a geração de emprego e de ocupações produtivas para o desenvolvimento de uma sociedade em crise.

A partir dos anos 90, houve fortalecimento deste e de outros segmentos sociais. A institucionalização do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, um programa voltado aos interesses da agricultura familiar, passa a ser um grande instrumento de Estado, auxiliar na capitalização de recursos e na conquista da sustentabilidade para estes agricultores e suas famílias.



De acordo com dados veiculados através do Censo Agropecuário de 1995/1996, havia mais de 4.139.369 estabelecimentos de agricultores familiares no Brasil, com área total de 107.768.450 hectares, correspondendo a 85,2% do total de estabelecimentos e 30,5% da área total com um valor de produção que corresponde a 37,9% da produção agropecuária. De 17,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, 13,78 milhões (76,9%) estão na agricultura familiar. (SEBRAE, 2003).

Diferentemente da política de crédito anterior que direcionava recursos para o produto, para Lima Neto (2001, p. 70-71), o crédito do PRONAF

passou a ser uma política voltada para o homem e sua família, pois é a família que decide o que produzir, quanto produzir e para que mercado. Em resumo, a política de crédito passou a ver o homem do campo como uma criatura inteligente e capaz de decidir o seu destino. A assistência técnica e extensão rural, por sua vez, passou a dar uma importância maior a questões como capacitação, profissionalização e organização como fatores de desenvolvimento, em vez de privilegiar apenas a tecnologia agropecuária.

Desta forma, a partir da introdução do PRONAF, as políticas públicas para o setor passaram a se preocupar com a organização do homem e sua família como uma unidade de produção, visando ganho em escala. O objetivo principal passou a ser a agregação de valor aos produtos, a valorização da produção cultural, a inclusão de atividades geradoras de renda não agrícola, e o conseqüente aumento do faturamento do agricultor familiar no espaço rural. (LIMA NETO, 2001 p. 71).

A evolução do montante e do número de contratos do PRONAF no Brasil das safras 2000/2001 até 2005/2006, conforme mostrada na Tabela 3, mostra um crescimento bastante expressivo de utilização do crédito disponibilizado através do PRONAF, indicando que havia demanda reprimida por crédito.

**Tabela 3 – Evolução do Montante e do Número de Contratos do Pronaf no Brasil nas Safras de 2000/2001 até 2005/2006**

Ano Agrícola	Nº de Contratos	Montante (R\$ 1,00)
2000/2001	893.112	2.168.486.228,50
2001/2002	932.927	2.189.275.083,64
2002/2003	904.214	2.376.465.864,08
2003/2004	1.390.168	4.490.478.228,25
2004/2005	1.635.051	6.131.600.933,40
2005/2006	1.903.856	7.507.100.000,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar/Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O montante de crédito do PRONAF por ano-agrícola<sup>5</sup> segundo modalidade, abrangendo os anos de 2000-2005 no Brasil está mostrada na Tabela 4.

**Tabela 4 – Evolução do Crédito Pronaf por modalidade de 2000 a 2005 no Brasil**  
(em R\$ milhões)

Modalidade	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
Custeio	1.452	1.329	1.393	2.565	3.730
Investimento	717	860	983	1.925	2.401
Total	2.169	2.189	2.376	4.490	6.131

Fonte: DIEESE, a partir de dados do MDA

O crescimento significativo dos valores liberados para investimento ao longo do período indica melhorias na parte técnica com aquisição de máquinas e equipamentos.

A evolução do número de contratos e do montante do crédito rural do PRONAF no período entre 2000 e 2005, no Brasil, agora por ano fiscal, está mostrada na Tabela 5.

**Tabela 5 – Evolução do Número de Contratos e do Montante do Crédito Rural do Pronaf – Brasil, entre os anos de 2000 e 2005**

Ano	Nº de Contratos	Variação em relação ao anterior (%)	em ano	Montante (em R\$ 1.000)	Variação em relação ao anterior (em %)
2000	969.727	-		2.188.635	-
2001	910.466	-6,1		2.153.351	-1,6
2002	953.247	4,7		2.404.851	11,7
2003	1.138.112	19,4		3.806.899	58,3
2004	1.611.105	41,6		5.747.363	51,0
2005	1.454.534	-9,7		5.372.741	-6,5

Fonte: DIEESE, com base em dados do MDA/SAF

Obs: Os dados referem-se ao ano fiscal.

A necessidade de fortalecer a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, criar condições para que a atividade pudesse aderir ao novo paradigma de produção de acordo com os princípios da agroecologia, levaram os idealizadores do PRONAF a promover aprimoramentos nas linhas de crédito. Dentre estas, três novas modalidades se sobressaem:

- a) **PRONAF Agroecologia:** esta linha foi criada em Novembro de 2005 e é direcionada para o financiamento de projetos que priorizem sistemas

<sup>5</sup> No Brasil, o período tomado como referência na divulgação das estatísticas agrícolas se inicia em 1º de Julho.

agroecológicos e orgânicos de produção, conforme normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), respectivamente;

- b) **PRONAF Eco**, linha de crédito de investimento para energia renovável e sustentabilidade ambiental, criado para a safra 2007/2008, tem o objetivo de impulsionar a adesão dos agricultores familiares a tecnologias ambientalmente sustentáveis. A linha prevê investimentos para implantação ou recuperação de tecnologias de energia renovável e a substituição de combustível fóssil para renovável em equipamentos e máquinas agrícolas. Também podem ser financiadas tecnologias ambientais como estação de tratamentos de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem; armazenamento hídrico, como o uso de cisternas, barragens, barragens subterrâneas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição, instalação, ligação e utilização de água; e
- c) **PRONAF Florestal**, criado no Plano Safra 2007/2008, com a finalidade de incentivar investimentos em projetos técnicos que demonstrem retorno financeiro e capacidade de pagamento suficientes de empreendimentos em sistemas florestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental.

#### 2.4.1 – PRONAF em Santa Catarina

Segundo o dados do Instituto Cepa – SC<sup>6</sup>, existem atualmente cerca de 180 mil famílias dedicando-se à agricultura familiar no estado, o que totaliza mais de 90% da população rural. Estas famílias de agricultores, apesar de ocuparem apenas 41% da área dos estabelecimentos agrícolas, são responsáveis por mais de 70% do valor da produção agrícola e

---

<sup>6</sup> Disponíveis em <http://cepa.epagri.sc.gov.br>

pesqueira do estado, destacando-se na produção de 67% do feijão, 70% do milho, 80% dos suínos e aves, 83% do leite e 91% da cebola.

Na safra 2006/2007, o estado de Santa Catarina apresentou um incremento de 19,96% na quantidade de contratações na modalidade Pronaf Investimento. Foram 14,4 mil operações, com R\$ 237,38 milhões em recursos liberados, 40% dos quais para lavoura de milho, a principal cultura financiada. A bovinocultura do leite recebeu R\$ 25,7 milhões de créditos liberados com crescimento de 46,5% em relação à safra anterior.

Além desses produtos, é grande a participação da agricultura familiar na produção de mel, arroz, batata, fumo, mandioca, tomate, banana e uma grande variedade de outros hortigranjeiros e frutas.

Em julho de 2007, o Banco do Brasil e a Secretaria de Agricultura do Estado firmaram convênio para financiamento de investimento na linha Pronaf Eco, principalmente para projetos de armazenamento de água da chuva na propriedade rural. Na safra de 2007/2008, há previsão de que cerca de 3 mil produtores serão beneficiados.

A Tabela 6 mostra a evolução do crédito rural do PRONAF por ano agrícola de 2000/2001 a 2006/2007, no estado de Santa Catarina. Os montantes envolvidos evidenciam a importância do PRONAF como fonte de crédito para a agricultura familiar do estado de Santa Catarina.

**Tabela 6 – Evolução do Crédito Rural do PRONAF em Santa Catarina  
(por ano agrícola) – 2000/2001 a 2006/2007**

Ano Agrícola	Nº de Contratos	Montante (R\$)
2000/2001	126.037	283.296.648,77
2001/2002	108.176	274.526.985,28
2002/2003	80.507	250.177.460,00
2003/2004	100.900	428.887.441,82
2004/2005	154.988	739.687.929,07
2005/2006	124.238	701.464.944,38
2006/2007	100.867	722.090.230,53

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

#### **2.4.2 – Pronaf no território de Santo Amaro da Imperatriz - SC**

A evolução do montante de crédito para custeio e investimento através do PRONAF, concedido aos agricultores familiares dos municípios pertencentes ao território de Santo Amaro da Imperatriz – SC por ano-agrícola entre 2000/2001 e 2006/2007, está demonstrado na Tabela 7. Da mesma forma, a importância da linha de crédito do PRONAF para a atividade fica evidenciada pelos valores expressivos mostrados.

**Tabela 7 - Crédito PRONAF por Ano-agrícola – 2000/2001 a 2006/207 - Municípios do Território de Santo Amaro da Imperatriz - SC**

Município	2000/2001		2001/2002		2002/2003		2003/2004		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
	Nº Contratos	Montante (R\$ 1000)	Nº de Contratos	Montante (R\$ 1000)	Nº de Contratos	Montante e (R\$ 1000)	Nº de Contratos	Montante (R\$ 1000)	Nº de Contratos	Montante (R\$ 1000)	Nº de Contratos	Montante (R 1000)	Nº de Contratos	Montante (R\$ 1000)
Águas Mornas	219	522,722	201	566,367	180	588,660	102	238,201	188	927,572	399	2.134,650	326	2.494,314
Angelina	306	739,824	301	721,306	270	689,518	391	863,901	130	605,819	152	902,958	151	1.139,604
Anitápolis	72	198,958	52	148,564	78	323,201	70	263,746	502	2.172,071	359	1.933,651	353	2.756,541
Rancho Queimado	79	254,551	99	285,158	107	354,491	161	416,317	157	620,39	164	801,169	137	1.087,362
Santo Amaro	209	1.152,300	257	1.316,919	149	991,397	302	1.787,376	241	1.795,407	212	1.813,823	167	1.432,889
São Bonifácio	141	321,365	74	150,610	42	87,963	35	161,959	93	471,865	43	310,059	103	800,058

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário ([http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/ano\\_agricola.sap](http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/ano_agricola.sap))

### 3. MÉTODO

A partir da literatura disponível sobre Desenvolvimento Sustentável nas suas diversas abrangências: local, territorial e regional, procurou-se levantar a discussão recente sobre o tema. Para tanto, para a coleta de dados secundários, foram utilizados livros, reportagens, teses e dissertações disponíveis na Biblioteca interna do Banco do Brasil e em sites de universidades e de órgãos públicos.

Além disso, no período de abril a setembro de 2007, dados primários foram coletadas a partir da experiência da agência de Santo Amaro da Imperatriz como fornecedora do crédito do PRONAF. Funcionários que tratam com os clientes-agricultores familiares foram convidados a relatar suas impressões sobre o tema, dividir suas experiências e a tecer críticas e sugestões que procurem introduzir melhorias no programa. A proximidade com o agricultor possibilitou colher informações e impressões ricas de significâncias, importantes para jogar luzes sobre a questão da qualidade da utilização do crédito, principalmente o crédito de custeio, que não está ligado a nenhuma comprovação de uso.

A coleta de dados primários também se apoiou nas informações disponibilizadas pelos Grupos de Trabalho<sup>7</sup> responsáveis pela implantação da estratégia de desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil no território de Santo Amaro da Imperatriz. Estes grupos de trabalho, um para cada município, foram formados com integrantes das comunidades e com funcionários dos órgãos de extensão rural, sindicatos, prefeituras, Banco do Brasil e demais líderes das comunidades. Em média, cada grupo era composto por cerca de 5 integrantes. O atendimento aos agricultores também possibilitou ao autor colher as impressões destes sobre a utilização dos recursos disponibilizados através do PRONAF, qual o direcionamento dado ao crédito, o papel das instituições de assistência técnica e extensão rural, o papel dos sindicatos como divulgadores de práticas sustentáveis do manejo do solo e das culturas, assistência à saúde, a situação econômica da propriedade e se a atividade iria ser passada para os filhos.

Foi realizada análise de conteúdo com relação às entrevistas. De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo é definida como:

---

<sup>7</sup> Estes grupos de trabalho são formados com atores da localidade, dentro das premissas da estratégia de DRS do Banco do Brasil SA

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Na análise de conteúdo, a interpretação dos dados precisa ser confrontada com os marcos teóricos relacionados com a investigação, pois eles dão o embasamento e as perspectivas significativas para o estudo. A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica é que dará sentido à interpretação. As interpretações a que levam às inferências serão sempre no sentido de buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa verdadeiramente o discurso enunciado, o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações, aparentemente superficiais.

Assim, a partir do referencial teórico apreendido da literatura pesquisada e de dados levantados dos anos anteriores, procurou-se confrontar com a realidade da experiência da agência de Santo Amaro da Imperatriz e as condições de desenvolvimento sustentável do território sob sua jurisdição.

A partir de experiências bem sucedidas na área, esta pesquisa procurou verificar os condicionantes necessários para que o território de Santo Amaro da Imperatriz se desenvolva de forma sustentável. De acordo com Yin (2001), o método de pesquisa estudo de caso é a “estratégia preferida para pesquisas que colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, onde o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e o foco se encontra em fenômenos contemporâneos”. No estudo de caso valoriza-se o uso de métodos e fontes diversificados para a coleta de dados tais como: entrevistas, relatórios, atas, documentos, etc. Desta forma, optou-se pelo método de pesquisa estudo de caso, já que os levantamentos e conclusões a que se chegou a partir da realidade do território de Santo Amaro da Imperatriz podem contribuir para o desenvolvimento sustentável de outros territórios com as mesmas características.

Além disso, dentro da atual estratégia do Banco do Brasil de buscar alternativas para o desenvolvimento regional sustentável e em confronto com os condicionantes referenciais da literatura pesquisada, procurou-se conhecer e avaliar as atividades econômicas e as vocações do território de abrangência da agência de Santo Amaro da Imperatriz que favoreçam o seu desenvolvimento de forma sustentável.



#### 4. O TERRITÓRIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ - SC

Este capítulo procura analisar a situação do território de Santo Amaro da Imperatriz quanto ao tema desenvolvimento regional sustentável. Em primeiro lugar são identificadas as características principais dos municípios integrantes do território de interesse da pesquisa. Na seqüência, serão destacados os problemas levantados nas análises feitas pelos grupos de trabalho da estratégia DRS no território e a situação atual da agricultura familiar. Por fim, procura-se mostrar a importância da estratégia DRS do Banco do Brasil como meio de amenizar as dificuldades da população dependente da atividade para sobreviver.

Os dados que servem de base para análise da situação dos municípios pertencentes ao território de Santo Amaro da Imperatriz foram obtidos a partir dos diagnósticos elaborados pelos integrantes dos grupos de discussão da estratégia de DRS da agência e a partir de informações coletadas junto aos agricultores beneficiários do crédito do PRONAF conforme informado no capítulo 3.

Por serem informações que servirão de base para a elaboração dos planos de desenvolvimento regional, estes dados são importantes na medida em que refletem a real situação das pessoas que sobrevivem a partir da atividade de agricultor familiar.

De modo geral, as condições existentes e apontadas nos diagnósticos são comuns aos diversos municípios, evidenciando a necessidade de analisar os problemas, as vantagens e as desvantagens a partir da abordagem territorial divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esta abordagem procura identificar e constituir territórios a partir de identidades regionais como elementos aglutinadores e promotores do desenvolvimento sustentável.

A partir dos dados apreendidos dos diagnósticos e das impressões coletadas da experiência dos funcionários da agência, procurou-se dar respostas aos objetivos da pesquisa, ou seja: quais fatores condicionantes do desenvolvimento sustentável se acham presentes no território de Santo Amaro da Imperatriz; levantar e analisar dados sobre os clientes que atualmente fazem uso de linhas de crédito de longo prazo disponibilizadas pelo Banco do Brasil e em que atividade estes créditos foram aplicados e sua importância para o desenvolvimento do território de Santo Amaro da Imperatriz; e avaliar atividades que poderiam ser incentivadas pelo Banco do Brasil através da implementação de planos de DRS.

#### 4.1 – CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO

De acordo com conceituação feita pelo MDA, consideramos, nesta pesquisa, o conjunto dos seis municípios sob jurisdição da agência de Santo Amaro da Imperatriz como um território. Segundo esta conceituação, o território é o espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade, o campo e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. Na sua análise, deve-se levar em consideração suas características multidimensionais - tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições.

Este território, agora definido, é composto pelos municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e São Bonifácio. O mapa abaixo os identifica dentro da microrregião Grande Florianópolis, à qual pertencem.



Na seqüência, o Quadro 1 identifica algumas características demográficas do território em análise.

**Quadro 1 - Informações Demográficas e Financeiras do Território de Santo Amaro da Imperatriz - SC<sup>8</sup>**

Município	PIB per capita 2002 (R\$)	População (2002)	Produtos e vocação	Nº de estabelecimentos agropecuários com certificação para produtos orgânicos (2002-2003)	Área (km2) IBGE	IDH (Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD 2000)	Colonização/ Início do povoamento (IBGE)
Águas Mornas	4.633,00	5.614	Turismo, hortifrutigranjeiros.	9	361	0,783	Alemã/1837
Angelina	4.436,00	5.635	Fumo, turismo religioso.	2	500	0,766	Alemã/1859
Anitápolis	6.283,00	3.139	Agroindústrias, turismo de aventura.	4	542	0,773	Alemã/1907
Rancho Queimado	5.397,00	2.717	Milho, tomate, cebola, batata, feijão, mel, morango, bovinocultura de leite e derivados.	6	286	0,773	Tropeiros/1787
Santo Amaro da Imperatriz	4.637,00	16.373	Milho, tomate, hortaliças, bovinocultura de leite, agroturismo.	7	311	0,843	Açoriana/1795
São Bonifácio	5.078,00	3.174	Mel, bovinocultura de leite	7	461	0,785	Alemã/1864

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados disponíveis nos sites da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e do Instituto Cepa SC

<sup>8</sup> Dados disponíveis no site da Confederação Nacional de Municípios ([www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)) e em Instituto Cepa (<http://cepa.epagri.sc.gov.br>).

## 4.2 – A SITUAÇÃO ATUAL

Atualmente estão em elaboração diagnósticos na agência de Santo Amaro da Imperatriz, um para cada município componente do território sob análise, para possibilitar estudos sobre as atividades que poderão ser motivo de um plano de desenvolvimento com base nas premissas que o Banco do Brasil considera importantes e necessárias para que se alcance sucesso no empreendimento. A análise dos dados coletados a partir desses diagnósticos em elaboração dentro da estratégia de DRS do Banco do Brasil evidenciou os seguintes pontos:

- a) inexistência de integração entre os produtores para a aquisição de insumos e bens necessários para a propriedade;
- b) inexistência de integração entre os produtores na formação de parcerias para a comercialização dos produtos;
- c) inexistência de compartilhamento de estruturas, principalmente de armazenamento e de transporte;
- d) a formação e a transmissão de conhecimento a partir da empresa de extensão rural, sindicatos ou grupos de discussão são insuficientes devido ao pouco interesse dos agricultores, à dificuldade de locomoção e ao baixo contingente de pessoal destas empresas;
- e) a prestação de assistência técnica por parte da empresa estatal de extensão rural, dos sindicatos e de ONGs não é suficiente e adequada para atender as demandas da atividade, principalmente quanto ao uso sustentável dos recursos naturais, manejo de agrotóxicos, fertilizantes, resíduos, efluentes, emissões de poluentes e materiais não degradáveis;
- f) de forma geral, as atividades desenvolvidas não apresentam vantagens competitivas que as diferenciem em relação a outros territórios;
- g) as atividades desenvolvidas nas propriedades geram resíduos poluentes que não recebem o tratamento adequado;

- h) o manejo inadequado dos produtos químicos gera problemas de saúde nos agricultores;
- i) técnicas de plantio ultrapassadas e manejo inadequado da terra geram degradação do solo.

De acordo com análise elaborada pelos componentes dos grupos de discussão, ficaram evidenciados os seguintes pontos, considerados como fatores que necessitam de melhorias, já que impactam negativamente a sustentabilidade das atividades:

- a) produtos de baixa qualidade;
- b) baixa escala de produção;
- c) falta de assistência técnica ou deficiências no acompanhamento dos projetos liberados;
- d) solos empobrecidos;
- e) equipamentos obsoletos ou inadequados;
- f) baixa escolaridade da população;
- g) capacitação técnica aquém do exigido;
- h) capacitação gerencial deficiente;
- i) forte dependência de intermediários para comercialização da produção; e
- j) baixo grau de associativismo e cooperativismo.

Os resultados das impressões dos agricultores sobre sua própria situação e as impressões dos funcionários da agência no trato diário com os agricultores ajudaram a traçar um quadro aproximado da situação do agricultor familiar típico do território:

- a) não existe tendência de trabalho em conjunto, ou seja, baixa tendência de formação de parcerias entre vizinhos, impedindo assim a formação de associações e cooperativas;
- b) sensação de abandono à própria sorte;
- c) falta de perspectiva de passar a atividade para os filhos, já que a atividade não permite uma vida digna;

- d) assédio constante de empresas de comércio de implementos agrícolas como tratores e máquinas diversas;
- e) falta de acompanhamento do agricultor na utilização dos recursos recebidos através do PRONAF Custeio;
- f) baixo nível de escolaridade, dificultando a assimilação de instruções técnicas e utilização dos implementos;
- g) dificuldade de locomoção e comunicação;
- h) dependência de intermediários para a venda do produto;
- i) baixo nível de comprometimento com as empresas de extensão rural, o que leva o agricultor a não comparecer em reuniões e cursos;
- j) estrutura político-institucional não comprometida com a atividade, sem planejamento de medidas de proteção e distribuição da produção do agricultor familiar, como por exemplo: merenda escolar;

Com base no exposto, podemos definir como características básicas comuns aos agricultores que são clientes da agência de Santo Amaro da Imperatriz o seguinte:

- a) baixo nível de escolaridade;
- b) dependente do uso de produtos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) para manter sua lavoura;
- c) dificuldade para manter filhos na propriedade e dar seguimento à atividade;
- d) apresentam problemas de saúde devido à atividade e à falta de cuidados no manejo dos produtos químicos;
- e) dificuldade de locomoção devido às distâncias e à falta de estrutura pública;
- f) renda depende da venda do produto agrícola a intermediários;
- g) dificuldade de quitar o empréstimo.

#### **4.2.1 – Atividades beneficiadas pelo crédito do PRONAF**

O crédito do PRONAF para custeio é utilizado principalmente como capital de giro para compra de sementes, agrotóxicos e subsistência da família.

Os agricultores se ressentem da falta de assistência para a gestão financeira do empreendimento, principalmente no planejamento do fluxo de entradas e saída de recursos.

O crédito do PRONAF para Investimento é utilizado principalmente para aquisição de micro-tratores, carretas e roçadeiras.

Uma das características principais da utilização do crédito para investimento é o assédio de empresas que comercializam estes equipamentos sobre o agricultor. A falta de associativismo e parcerias entre os agricultores faz com que, muitas vezes, vizinhos adquiram máquinas similares, quando parcerias poderiam ser feitas, de tal forma que a utilização do crédito pudesse ser melhor investido.

Devido à dependência quase exclusiva do produto da lavoura para fazer renda, o agricultor acaba tendo dificuldades para quitar sua dívida com a instituição financeira por ocasião do vencimento.

Neste aspecto, as deficiências apontadas anteriormente têm um peso muito grande, principalmente a assistência técnica deficiente, a baixa escolaridade do agricultor, a dependência da compra de agrotóxicos a preços elevados e a dificuldade de comercialização do produto a preços que remunerem adequadamente o trabalho.

#### **4.3 – A ESTRATÉGIA DE DRS DO BANCO DO BRASIL**

De acordo com as premissas iniciais do planejamento da estratégia DRS do Banco do Brasil, Desenvolvimento Local, Territorial ou Regional Sustentável pode ser definido como aquele que leva à construção de comunidades humanas que buscam atingir um padrão de organização em rede, com características de interdependência, reciclagem, parceria,

flexibilidade e diversidade, englobando a tríplice visão de vir a ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto, respeitando a diversidade cultural.

A estratégia de DRS do Banco do Brasil considera Desenvolvimento Regional como um processo endógeno, registrado em unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. É o processo de desenvolvimento regional sustentável capaz de gerar riquezas e melhoria na qualidade de vida da população de uma região, enquanto contribui para o equilíbrio social e para o respeito ao meio ambiente e à cultura regional. Busca satisfazer as demandas presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Esta estratégia está apoiada em três pilares: viabilidade econômica, a inclusão social e o respeito ao meio-ambiente e à cultura.

Através da estratégia de DRS, o Banco do Brasil busca impulsionar o desenvolvimento das regiões onde está presente, apoiando cadeias de valor de atividades produtivas rurais e urbanas, identificadas com as vocações, potencialidades e características de cada região. Como pré-requisitos, as atividades devem ser economicamente viáveis, socialmente justas, ambientalmente corretas e culturalmente diversificadas, com visão de cadeia de valor. Estes pré-requisitos estão de acordo com o conceito de Agroecologia: modelo tecnológico abrangente, socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável, ou seja, uma base científico-tecnológica em direção a uma agricultura sustentável.

Trabalhar com a visão de cadeia de valor significa considerar todas as etapas de produção e distribuição que agregam valor a produtos e serviços até o consumidor final. A cadeia de valor abrange a cadeia produtiva, a cadeia de distribuição, bem como todos os elementos de influência direta e indireta não descritos na forma de atividade. Estes elementos são compostos pelo ambiente institucional com as leis, tradições, educação, cultura, entre outros; e pelo ambiente organizacional, constituído pelos órgãos reguladores e financiadores, governos, instituições financeiras, associações, cooperativas, sindicatos, ONGs, pesquisa, extensão, etc.

Desta forma, procura-se contribuir para a geração de trabalho e renda e para a adoção de práticas que permitam um salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento social e ambiental, com soluções sustentáveis, inclusivas e participativas, sempre em conjunto com parceiros locais.



A estratégia DRS do Banco do Brasil teve início em 2003 nas regiões mais pobres do país, principalmente nas regiões nordeste e norte. Nas próximas seções serão mostrados alguns dados gerais que indicam que o apoio de uma instituição do porte do Banco do Brasil cria as condições iniciais para a implantação de iniciativas produtivas que beneficiem o maior número possível de pessoas.

Somente após a confirmação do acerto da estratégia DRS nas regiões mais empobrecidas do país, o Banco do Brasil aprovou sua difusão para o resto do país. Desta forma, os estudos estão no seu início no estado de Santa Catarina, especificamente no território de Santo Amaro da Imperatriz, o que demonstra que a presente monografia pode contribuir com a implementação desta estratégia no território.

#### **4.3.1 – A situação nacional<sup>9</sup>**

Dois anos após a implantação da estratégia de DRS em 2003, o BB já havia apoiado mais de 50 ações com projeto de incentivo ao desenvolvimento regional sustentável. Inicialmente as regiões Norte e Nordeste foram beneficiadas com acesso mais facilitado ao crédito e a melhoria de suas atividades produtivas.

No final do ano de 2006, 2,5 mil agências estavam habilitadas a operar a estratégia DRS em todo o país, atendendo a 2,8 mil municípios em todo o país. Em janeiro de 2007, existiam cerca de 2.300 iniciativas em andamento, das quais 930 já com planos de negócios DRS aprovados, beneficiando cerca de 225 mil famílias e aproximadamente R\$ 313,8 milhões em crédito contratado.

Devido à dimensão do Banco do Brasil e à distribuição das agências por todo o território nacional, as atividades em andamento estão localizadas em todos os estados. Na seqüência, algumas atividades produtivas escolhidas para serem beneficiadas e desenvolvidas:

- a) DRS Integrado de Piscicultura, no estado de Rondônia, envolvendo 9 agências, 14 municípios e 2.100 famílias, geração de 1.600 empregos diretos e 500 indiretos,

---

<sup>9</sup> Os dados citados nesta seção foram coletados a partir de informes do Banco do Brasil disponíveis no site <http://www.bb.com.br>.

aumento da área de produção de 200 para 600 ha e ganho de produtividade, passando de 1.895 kg/ha para 10.000 kg/ha.

- b) Campo Grande – Mato Grosso do Sul: cadeia do leite nas cidades de Dois Irmãos do Buriti e Glória de Dourados, cadeia da farinha de mandioca em Anastácio e cadeia do biodiesel em Terenos.
- c) DRS Área Cultural em Salvador – BA, cujo objetivo é a estruturação da atividade teatral de Salvador. Ações previstas em Dez/2006: planejamento de marketing, capacitação técnico-gerencial, incentivo ao cooperativismo, aprimoramento profissional, estruturação e organização de cooperativas.
- d) Geração de Bioenergia em Goiás – 10 planos aprovados em janeiro de 2007 no estado. DRS integrado entre 10 agências. Benefícios previstos para 535 famílias, através da diversificação da atividade tradicional e obtenção de fonte complementar de renda através da produção de matéria-prima para biodiesel. Ações previstas: sociais: capacitação em gestão de empreendimentos rurais e formação de associação dos produtores; ambientais: produção de mudas de espécies nativas para reflorestamento e recuperação de nascentes; econômico: previsão de créditos de cerca de R\$ 1,8 milhão.
- e) Construção de Tanques para tilápias – município de Ceará-Mirim – RN. Cerca de 500 famílias do assentamento Rosário estão envolvidas na atividade, com investimentos de R\$ 1,1 milhão com recursos do PRONAF. Ações priorizadas: inauguração de um centro de capacitação para criadores de tilápias com apoio da Fundação Banco do Brasil, centralização da compra de insumos, criação de central de vendas a partir da cooperativa, desenvolvimento de seminários, alfabetização, reutilização de água fertilizada e dos resíduos em hortas caseiras, crédito para custeio. Resultados esperados: aumento da renda familiar, capacitação técnica dos produtores, melhor organização social, fortalecimento do associativismo e cooperativismo, conservação do meio-ambiente.
- f) Belo Horizonte – MG – plano de negócios lançado no final de 2006, apoiando a cadeia de valor da atividade produtiva de reciclagem de lixo.
- g) Vale do Planipinema – no agreste pernambucano: revitalização da bacia leiteira da região. Benefício para 1600 famílias, agrupadas em 40 unidades de produção.

Plantel de 9 mil vacas de alta performance, produzindo em média 80 mil litros de leite por dia.

- h) Piauí – Teresina - território dos cocais: 13 municípios (parceria com a CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales de São Francisco e do Parnaíba, Sebrae); e pólo cerâmico e turístico, desde 2004 no projeto. Ações: ampliação e diversificação da produção de cerâmica, melhoria das condições de produção e trabalho, ampliação da comercialização.
- i) Maranhão – 354 comunidades quilombolas que fazem parte da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão – Aconeruq. Esta entidade recebe apoio do BB desde janeiro de 2007 na construção do primeiro DRS Quilombolas no município de Itapecuru-Mirim, beneficiando 41 comunidades e cerca de 7 mil pessoas. Previstas ações de conscientização da população negra, buscando melhoria de suas condições de vida; ações no sentido de desenvolvimento das cadeias de valor da mandiocultura, da caprinocultura em Chapadinha, apicultura na região de Santa Luzia do Paruá, piscicultura e de feiras livres em São Luis. No início de março de 2007, a estratégia DRS no Maranhão envolvia 91 agências trabalhando em mais de 20 atividades produtivas, envolvendo 9,9 mil famílias, cerca de R\$ 20 milhões em recursos previstos, sendo que destes, R\$ 9,6 milhões já liberados.

No final de Julho de 2007, mais de 100 atividades produtivas diferentes estavam sendo apoiadas pela estratégia de DRS, envolvendo aproximadamente R\$ 1,3 bilhão em créditos programados e cerca de R\$ 480 milhões em negócios realizados, beneficiando mais de 310 mil famílias.

Para 2007, o Banco do Brasil pretende beneficiar cerca de 1 milhão de famílias através de planos de DRS em todo o país. O interesse em desenvolver o trabalho de pesquisa originou-se da complexidade inerente a uma estratégia de tal magnitude, de tal forma que os resultados alcançados possam ser de valia no auxílio à agência de Santo Amaro da Imperatriz na implementação de ações de DRS.

### 4.3.2 – A situação em Santa Catarina

Até final de Junho de 2007, 6 atividades estavam em curso através da estratégia DRS em Santa Catarina, apoiando 1.174 famílias e créditos programados da ordem de R\$ 6.351.500,00. As metas para o final de 2007 são habilitar todas as agências do estado na estruturação de pelo menos um plano de DRS. Caso esta meta seja alcançada, há previsão de que 35.000 famílias sejam beneficiadas em 200 municípios, com recursos previstos de cerca de R\$ 170 milhões.

Por estar participando da estratégia DRS do Banco do Brasil apenas a partir de meados de 2006, o estado de Santa Catarina conta com menos planos em atividade. Desta forma, estão listadas abaixo as principais atividades produtivas em fase de desenvolvimento no estado, escolhidas considerando as vocações de cada município ou território e de acordo com decisão consensual entre os parceiros da equipe DRS.

- a) Apicultura (Corredor do Mel) – 500 famílias envolvidas na região do planalto serrano catarinense, gerando benefícios, direta e indiretamente, a cerca de 2000 pessoas. Os seguintes municípios estão envolvidos no chamado corredor do mel: Anita Garibaldi, Arroio Trinta, Bom Retiro, Bocaina do Sul, Caçador, Calmon, Campo Belo do Sul, Cerro Negro, Iomere, Macieira, Rio das Antas, Celso Ramos, Bocaina do Sul, Capão Alto, Painel, São José do Cerrito, Lontras, Otacílio Costa, Presidente Nereu, Bom Jardim da Serra, Urupema, Coral, Lages, Rio do Sul, Salto Veloso, São Joaquim, Urubici, Videira
- b) Bovinocultura de Leite – Municípios envolvidos: Água Doce, Alfredo Wagner, Anchieta, Armazém, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porá, Frei Rogério, Dona Emma, Lebon Régis, Witmarsum, Pedras Grandes, Entre Rios, Curitibaanos, Faxinal dos Guedes, Irani, Major Vieira, Mondai, Paial, Pinhalzinho, Ponte Alta do Norte, Presidente Getúlio, Salete, São Domingos, São Cristóvão, Seara, Treze de Maio, Urussanga, Xavantina, Xaxim, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, Rancho Queimado, Anitápolis, Angelina, Águas Mornas.
- c) Complexo Lagunar (Pesca Artesanal) – Imbituba, Jaguaruna, Laguna.
- d) Cultivo de Banana – Criciúma, Siderópolis

- e) Cultura da Cana-de-açúcar – Imarui, Imbituba, Paulo Lopes. Esta iniciativa prevê benefícios para 600 famílias, com investimentos da ordem de R\$ 872.000,00.
- f) Cultura da Maçã – Irineópolis, Monte Castelo. Previsão de 100 famílias beneficiadas, e investimentos de cerca de R\$ 630.000,00.
- g) Criação de Tilápias – Timbó, Bendito Novo, Indaial, Rio dos Cedros, Rodeio
- h) Facção – Blumenau
- i) Fruticultura – Fraiburgo, Monte Castelo, Tijucas, Barra Velha
- j) Hortifrutigranjeiro – Araquari, Ibirama, José Boiteux, São Ludgero
- k) Maricultura, ostricultura – Biguaçu, Florianópolis
- l) Olericultura – Barra Velha
- m) Piscicultura – Abelardo Luz, Ouro Verde
- n) Produção de Cachaça - Urussanga
- o) Reciclagem – Florianópolis, São José
- p) Turismo – Joinville, Itapema

#### **4.3.3 – A situação local – território de Santo Amaro da Imperatriz**

O desenvolvimento dos trabalhos de diagnóstico e planejamento de ações de acordo com a estratégia DRS do Banco do Brasil no território de Santo Amaro da Imperatriz ainda está em fase inicial. Um primeiro diagnóstico foi elaborado a partir da contribuição de diversos parceiros.

Conforme já mostrado, o território de Santo Amaro da Imperatriz apresenta diversos problemas que precisam ser atacados para que a atividade agricultura familiar seja fortalecida. Dentre eles, os principais são:

- a) inexistência de integração entre os produtores para a aquisição de insumos e bens necessários para a propriedade; e

- b) inexistência de integração entre os agentes na formação de parcerias para a comercialização dos produtos;
- c) inexistência de compartilhamento de estruturas, principalmente de armazenamento e de transporte;
- d) a formação e a transmissão de conhecimento a partir da empresa de extensão rural, sindicatos ou grupos de discussão são insuficientes devido ao pouco interesse dos agricultores, à dificuldade de locomoção e ao baixo contingente de pessoal destas empresas;
- e) a prestação de assistência técnica por parte da empresa estatal de extensão rural, dos sindicatos e de ONGs não é suficiente e adequada para atender as demandas da atividade, principalmente quanto ao uso sustentável dos recursos naturais, manejo de agrotóxicos, fertilizantes, resíduos, efluentes, emissões de poluentes e materiais não degradáveis;
- f) o manejo inadequado dos produtos químicos gera problemas de saúde nos agricultores;
- g) técnicas de plantio ultrapassadas e manejo inadequado da terra geram degradação do solo e poluição dos recursos hídricos.

#### **4.3.4 - Atividades a serem incentivadas através da estratégia DRS**

Conforme levantamentos feitos a partir da análise dos grupos de trabalho da estratégia de DRS do Banco do Brasil, as principais atividades e princípios a serem desenvolvidos por se tratarem de atividades economicamente viáveis, ambientalmente responsáveis e que respeitam a cultura da população, atingindo o maior número de pessoas são:

- a) bovinocultura de leite a base de pasto, técnica que diminui a utilização de agrotóxicos na produção de leite através da utilização racional das áreas de pastagem;
- b) mudança de padrão de cultivo, deixando de utilizar produtos agrotóxicos e introduzindo a cultura da produção orgânica sob os princípios da agroecologia;

- c) aproveitamento da experiência já existente de produção de mel e morango orgânicos para promover a constituição de marca própria, agregando valor ao produto;
- d) incentivo ao fortalecimento de parcerias, com o objetivo de possibilitar a formação de associações e cooperativas.

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Pelo seu potencial de geração de riquezas, os autores pesquisados consideram a agricultura familiar como a principal fonte de desenvolvimento sustentável no campo. A implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) com a criação da nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), implantada em 2004 pelo MDA, evidencia esta mudança de atitude do Estado brasileiro frente aos graves problemas da agricultura familiar.

Outra mudança de postura, frente à gravidade da situação do agricultor familiar, é a estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável implantada pelo Banco do Brasil em 2003, a qual se configura como uma das ações de maior poder de transformação da situação de desamparo em que vivem as pessoas dependentes da agricultura familiar.

Esta situação é, em grande parte, resultante da política de desmonte das empresas de assistência técnica e extensão rural implantada a partir dos anos 90 do século passado; e à política de modernização das técnicas de cultivo e trato da terra, com a introdução do uso de maquinário e agrotóxicos, o que tornou o agricultor familiar dependente de produtos externos à propriedade.

Apesar das estatísticas demonstrarem aumento da produtividade decorrente da adoção de inovações tecnológicas, para o agricultor os números não se transformavam em renda, gerando resistências à adoção de inovações tecnológicas. As políticas de geração de tecnologia, extensão rural e crédito eram e ainda são formuladas em gabinetes fechados, sem levar em conta os interesses e as necessidades dos agricultores. O crédito rural subsidiado era direcionado para os produtos de interesse dos formuladores das políticas do governo e o agricultor reduzido a um mero fator de produção. (Lima Neto, 2001 p. 68).

O quadro que aparece após a análise da situação do agricultor familiar no território de Santo Amaro da Imperatriz é uma situação de quase abandono, com deficiência de assistência técnica e de extensão rural, menos por causa da qualificação dos quadros dessas entidades do que pela pouca disponibilidade de pessoas para atender ao número elevado de agricultores e de suas demandas.

A inexistência de amparo ao agricultor no tocante a técnicas de gestão da propriedade e dos recursos recebidos através do PRONAF para custeio dificulta a mudança da frágil



situação em que se encontram as pessoas que dependem da agricultura familiar para sobreviver. A falta de acompanhamento na utilização dos recursos possibilita a geração de distorções em seu uso. O uso consciente dos recursos e o incentivo ao associativismo e cooperativismo podem mudar o quadro atual.

Outro ponto que surgiu a partir do contato direto com os agricultores familiares e a partir do diagnóstico dos grupos de trabalho da estratégia de DRS do Banco do Brasil foi a baixa propensão à parceria das pessoas envolvidas. Este fato agrava a situação de penúria das comunidades, pois avanços conseguidos por uns não são passados para os vizinhos. Outro ponto que desestimula a atividade no território em estudo é a falta de perspectiva dos agricultores, já em idade avançada, de passar a gestão da atividade para os filhos, que se sentem menosprezados na atividade rural e atraídos por empregos na área urbana, mesmo que com remuneração degradante.

A pesquisa evidencia que a melhoria da situação em que hoje se encontram os agricultores familiares somente se concretizará a partir da implementação de mudanças no atual paradigma de produção agrícola. A necessidade de alterações no modelo de produção torna-se urgente em virtude do nível de degradação do meio ambiente e da saúde dos agricultores, conforme constatado a partir dos dados coletados. Estas alterações dependem fortemente da mudança de atuação das empresas de assistência técnica e de extensão rural.

O conceito de desenvolvimento territorial sustentável deve permear todas as ações das empresas de assistência técnica e de extensão rural. A antiga visão de modernidade deve ser revista e adaptada ao novo paradigma de sustentabilidade a partir da introdução de técnicas de acordo com os princípios da Agroecologia.

Os fatores condicionantes do desenvolvimento sustentável, principal objetivo da pesquisa, ficaram evidentes através da literatura pesquisada; e também pela análise das atividades que se mostraram viáveis e com visíveis resultados na promoção do desenvolvimento sustentável. Desta forma, com base nos fatores pesquisados na literatura e nas premissas da estratégia de DRS do Banco do Brasil, os seguintes pontos foram listados para serem trabalhados pelos grupos de trabalho:

- a) o conceito de território deve ser considerado na implantação de ações que visem desenvolvimento sustentável;
- b) promover ações que alterem o paradigma dos sistemas de produção agrícola, passando a trabalhar dentro dos princípios da Agroecologia;

- c) as iniciativas devem considerar as seis dimensões da sustentabilidade: espacial, ecológica, social, econômica, cultural, política e ética;
- d) incentivar o associativismo e cooperativismo no território, não somente entre os agricultores, mas também entre os diversos atores sociais envolvidos com a estratégia;
- e) aplicar ações que desenvolvam os capitais humano e social da comunidade;
- f) as iniciativas devem incentivar a participação do agricultor familiar como principal agente e beneficiário das ações.

O fortalecimento e valorização da agricultura familiar dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que necessitam de ser implementados de uma forma articulada por uma diversidade de atores e instrumentos. As políticas públicas, como o PRONAF e a estratégia de DRS do Banco do Brasil são instrumentos que cumprem o papel de incrementar o desenvolvimento das regiões onde são aplicados.

Depreende-se da bibliografia sobre o tema da pesquisa que o associativismo e o cooperativismo são as formas ideais de organização para o atingimento de objetivos com maiores chances de sucesso.

A carência de associações e cooperativas no território de Santo Amaro da Imperatriz reflete uma situação comum às demais regiões do país. Existe a necessidade de conscientizar o agricultor familiar da importância da união de forças em função do atingimento de um objetivo comum. Para proporcionar melhores condições de o agricultor participar conscientemente das decisões sobre sua própria vida e da comunidade em que vive, as instituições envolvidas com o apoio à agricultura familiar devem implantar sistematicamente cursos de incentivo ao cooperativismo. Somente ao passar a deter o devido entendimento sobre as vantagens da cooperação, o cooperado, como dono e usuário de sua cooperativa, passará a participar mais ativamente das ações que visem o desenvolvimento sustentável de sua comunidade.

O fato de não existir acompanhamento sistemático dos efeitos da utilização do crédito do PRONAF pelos agricultores dificultou o estudo dos benefícios que o crédito possa ter gerado nos últimos anos. Este fato torna difícil a avaliação dos benefícios trazidos pela utilização deste crédito na propriedade, e nem se o crédito está realmente sendo utilizado no melhoramento das condições de produção da propriedade. Neste particular, a estratégia DRS

do Banco do Brasil se configura como um importante instrumental de difusão, entre os diversos atores sociais, da necessidade de planejamento e consciência na utilização dos créditos do PRONAF.

Tendo em vista que a implementação das ações propostas pelos grupos de trabalho dentro da estratégia DRS do Banco do Brasil estar em sua fase inicial no território de Santo Amaro da Imperatriz, não é possível mostrar resultados concretos decorrentes destas ações. No momento da elaboração desta pesquisa, os principais pontos que estavam sendo trabalhados são os seguintes:

- a) para a divulgação do novo paradigma de produção agroecológica, estão sendo programadas visitas a propriedades que já operam sob a nova forma de produção;
- b) projetos de investimento com o objetivo de diminuir o uso de agrotóxicos e a degradação do solo estão sendo priorizados para o acesso ao crédito do PRONAF;
- c) foi elaborado um selo identificando os projetos que atendam aos requisitos de produção agroecológica;
- d) estão sendo montados grupos de difusão de novas técnicas de produção;
- e) estão sendo montados grupos de difusão das vantagens da produção de acordo com os princípios do associativismo e cooperativismo; e
- f) foram retomados estudos para implantação de agroindústrias em forma de cooperativas para agregação de valor ao produto.

O pouco tempo disponível para a pesquisa dificultou a coleta de dados mais consistentes sobre a situação dos agricultores atendidos pela agência de Santo Amaro da Imperatriz. Neste aspecto, existe a necessidade de elaboração de estudos mais detalhados sobre a mobilidade territorial da população, sua consequência para a atividade e a relação entre a diminuição da população rural e o aumento do crédito do PRONAF; além disso, um acompanhamento mais próximo ao dia-a-dia do agricultor servirá de fonte para avaliar as transformações na vida dos agricultores e do território como um todo a partir do desenvolvimento de atividades sob a estratégia de DRS do Banco do Brasil S/A.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 5ª ed., 1985.

BANCO DO BRASIL. **Agenda 21**. 2007. Disponível em <http://www.bb.com.br>. Acesso em 15 ago 2007.

BARDIN, L. (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70.

BONILLA, José A. **Fundamentos da Agricultura Ecológica: sobrevivência e qualidade de vida**. São Paulo: Nobel, 1992.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Série Textos para Discussão 4. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=253>>. Acesso em: 11 abr. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0878513433.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Conceito de Abordagem Territorial**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?scid=476>>. Acesso em: 25 abr. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Abordagem Territorial**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?scid=477>>. Acesso em: 25 abr. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Programa 1334 – Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?scid=1237>>. Acesso em: 25 abr. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Desenvolvimento Agrário como Estratégia**: Balanço MDA, 2003-2006 / Ministério do Desenvolvimento Agrário. – Porto Alegre : Nead, 2006b. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/arquivos/1184712941.pdf>>. Acesso em 28/03/2007.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**: perspectivas para uma nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar.2000.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade**: uma perspectiva metodológica a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.3, n.3, p.70-85, jul./set.2002.

CAPORAL, F.R.; COATABEBER, J.A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 24p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

Cadernos da Oficina Social nº 7. **Agricultura Familiar e o Desafio da Sustentabilidade**. André Spitz e Gleyse Peiter (Coord.). Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, UFRJ. Rio de Janeiro, 2001. 143p.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Estatísticas do Meio Rural**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: DIEESE, 2006.

FLORES, Murilo. **Agricultura Familiar: desafios e perspectivas**. In: Cadernos da Oficina Social nº 7. *Agricultura Familiar e o Desafio da Sustentabilidade*. André Spitz e Gleyse Peiter (coord.). Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001. 143p. UFRJ.

FONSECA, Dirce Mendes da. **Desenvolvimento rural: algumas considerações**. In: Cadernos da Oficina Social nº 7. *Agricultura Familiar e o Desafio da Sustentabilidade*. André Spitz e Gleyse Peiter (coord.). Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001. 143p. UFRJ.

GUEDES, Vicente Galileu Ferreira e TAVARES, Edson Diogo. **A Agricultura familiar diante de seus desafios para a sustentabilidade**: uma visão introdutória. In: Cadernos da Oficina Social nº 7. *Agricultura Familiar e o Desafio da Sustentabilidade*. André Spitz e Gleyse Peiter (coord.). Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001. 143p. UFRJ.

**Instituto Cepa – SC.** <<http://cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em 31/07/2007

KALNIN, Joanir Luís. **Desenvolvimento Local/Regional focado na Agroindústria Familiar: experiências em Santa Catarina**; tese de doutorado, curso de pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2004.

LAGES, Vinicius Nobre. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: superando obstáculos.** In: Cadernos da Oficina Social nº 7. Agricultura Familiar e o Desafio da Sustentabilidade. André Spitz e Gleyse Peiter(coord.). Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001. 143p. UFRJ.

LEAL Fº, José Garcia. **Inovação Institucional e Desenvolvimento Municipal Sustentado:** Avaliação das experiências de planejamento governamental nos municípios de Palhoça e São Bonifácio, em Santa Catarina. Dissertação de mestrado em Administração. Centro Sócio-econômico, UFSC, Florianópolis, 1994.

LIMA NETO, Pedro Correia. **Extensão Rural e Agricultura Familiar.** In: Cadernos da Oficina Social nº 7. Agricultura Familiar e o Desafio da Sustentabilidade. André Spitz e Gleyse Peiter (coord.). Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001. 143p. UFRJ.

PARREIRAS, Luiz Eduardo. **Negócios Solidários em Cadeias Produtivas: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: IPEA:ANPEC: Fundação Banco do Brasil, 2007. 224 p.

ROSA, Sulei L. Couto. **Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável.** In: Cadernos da Oficina Social nº 7. Agricultura Familiar e o Desafio da Sustentabilidade. André Spitz e Gleyse Peiter (coord.). Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001. 143p. UFRJ.

SANTIN, Laci. **O papel dos Sistemas Locais de Conhecimento Agroecológico no Desenvolvimento Territorial Sustentável.** Estudo de caso junto a agricultores familiares no litoral centro-sul do Estado de Santa Catarina; dissertação de mestrado, 152 f., curso de Ciências Agrárias, UFSC, Florianópolis, dez/2005.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Inclusão Social pelo Trabalho:** Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Ignacy Sachs (org). Rio de Janeiro: Garamond, 2003 (200p.)

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Escrevendo e Normatizando Trabalhos Acadêmicos; um Guia Metodológico**. Florianópolis:Ed. da UFSC, 2001.

UPNMOOR, Ilka, coord. **Agricultura Orgânica: produção vegetal**. Biblioteca da Terra n° 6. Guaíba: Agropecuária, 2003

YIN, R.K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.